

# BOLETIM DO GEPELE

(Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecológica)



---

Número 10, 2022

ISSN 2763-7255



**UnB**

**Programa de Pós-Graduação em Linguística**

**Departamento de Linguística**

Instituto de Letras

**Universidade de Brasília**

Câmpus Universitário Darcy Ribeiro

CEP 70910-900 Brasília, DF

## **Organizadores:**

Hildo Honório do Couto  
Anderson Nowogrodzki da Silva

## SUMÁRIO

<b>GUERRA?</b> .....	4
Poema de Francisco Gomes de Matos	
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. ARTIGOS</b>	
<b>Novas reflexões sobre a Análise do Discurso Ecológica</b> .....	7
Hildo Honório do Couto	
<b>O conceito de discurso sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecológica</b> .....	16
Anderson Nowogrodzki da Silva	
<b>Contributos para a discussão em torno da Análise do Discurso Ecológica</b> .....	22
Rui Ramos	
<b>A César o que é de Deus: Análise Discursiva Ecológica do slogan publicitário-político: “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”</b> .....	27
Samuel de Sousa Silva	
<b>Florestas ‘(im)plantadas’ e o discurso ‘verde’ do agronegócio: um olhar sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecológica</b> .....	36
Gilberto Paulino de Araújo	
<b>A presença da Linguística em livros didáticos de Ensino Médio: uma proposta de Análise do Discurso Ecológica</b> .....	46
Davi Borges de Albuquerque	
<b>A vulnerabilidade comunicativa em audiências do Juizado Especial Cível à luz da Análise do Discurso Ecológica</b> .....	53
Tadeu Luciano Siqueira Andrade	
<b>Breve histórico da jovem Análise do Discurso Ecológica</b> .....	63
Ubirajara Moreira Fernandes	
<b>3. RESENHAS</b> .....	68

## **GUERRA?**

Francisco Gomes de Matos

*Quem opta por guerra  
E' inimigo da Terra  
Diplomaticamente erra  
Quem guerra prefere  
Quem guerra prioriza  
Profundamente desumaniza  
Quem troca guerra pela Paz  
Harmonia e serenidade traz  
Guerra? Nunca mais!*

Francisco Gomes de Matos é um dos pioneiros da linguística aplicada e da ecolinguística no Brasil e um batalhador em prol de uma linguística da paz. Ele sempre falou em “ecologia”, “português positivo” (evitar linguagem agressiva), “pedagogia da positividade” e “direitos linguísticos”, culminando no livro *Comunicar para o Bem: Rumo à Paz comunicativa* (São Paulo: Editora Ave Maria, 2002), que contém o capítulo “Linguagem e educação ambiental”, no qual chega a definir Ecolinguística e falar da igualdade de direitos de todos os seres vivos, como defendia São Francisco de Assis, também mencionado no capítulo. Em *ECO-REBEL* v. 1, n. 1, 2015, há um artigo dele, o primeiro escrito por um brasileiro, embora originalmente em inglês. Eis o URL para ele: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9971/8804>

Em *ECO-REBEL* v. 5, n. 1, 136-140, 2019, encontra-se uma entrevista que ele concedeu à revista, disponível aqui:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/22792/20547>

Como se vê, todas essas atividades estão em perfeita sintonia com os objetivos da ADE, sobretudo o poema, que defende a paz, comunhão, a defesa da vida e tomada de posição contra o sofrimento evitável, além de apregoar a solidariedade e o respeito à diversidade. Sua linguística da paz propugna por uma interação harmoniosa entre pessoas, grupos de pessoas e povos, o que já se vislumbra no fato de rechaçar a ideia de guerra. Essa defesa da paz é altamente bem-vinda no presente momento (23/02/2022), face à desigual guerra provocada pela invasão da Ucrânia pelo ditador da Rússia.

## 1. INTRODUÇÃO

Este número do *Boletim do GEPLÉ* está sendo publicado em 01 de abril de 2022. Em 01 de abril de 2013 fora publicado o primeiro texto sobre o que viria a ser a análise do discurso ecossistêmica (ADE), embora sob o nome de “linguística ecossistêmica crítica”. Vale dizer, com este número estamos comemorando nove anos de existência da ADE. A publicação foi provocada pelas discussões sobre ADE que se deram na V Reunião do GEPLÉ, dia 11 de dezembro de 2021. É, portanto, um número monográfico, inteiramente dedicado à ADE. A ideia que orientou a reunião – e que orienta este número do *Boletim do GEPLÉ* – é dar ênfase à questão do discurso, ou texto-discurso, em aplicações do arcabouço teórico da disciplina na análise de casos concretos. Os objetivos só foram atingidos parcialmente, o que mostra que a aplicação de uma nova teoria não é tarefa fácil.

O número abre com o poema “Guerra?” de Francisco Gomes de Matos. O primeiro texto, “Novas reflexões sobre a análise do discurso ecossistêmica – ADE” de Hildo Honório do Couto, diz o que já se vislumbra no título. Ele tenta salientar as inovações que apareceram na teoria desde as primeiras publicações de 2013 a 2022. A mudança de nome (de ‘linguística ecossistêmica crítica’ para ‘análise do discurso ecológica’ e deste para ‘análise do discurso ecossistêmica’) é uma das menores entre elas, uma vez que não interfere no conteúdo da teoria.

O artigo de Anderson Nowogrodzki da Silva, “O conceito de discurso sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecossistêmica”, trata talvez de um dos assuntos mais espinhosos para a ADE, e para qualquer teoria: o que é seu objeto de estudo; no caso da ADE, o que é discurso. Qualquer ciência deve ter um objeto muito bem definido, inclusive teorias de cunho mais indutivistas, empiristas. Inclusive teorias multidisciplinares como é o caso aqui.

O artigo do ecolinguista português Rui Ramos, “Contributos para a discussão em torno da Análise do Discurso Ecológica”, apresenta um desafio que os ADEístas precisam levar em conta. Em sua opinião “uma multimetodologia” e uma “multidisciplinaridade” podem representar uma ameaça “à coerência da proposta teórica”. O autor se pergunta se multimetodologia e multidisciplinaridade não poderiam “provocar uma perda de especificidade científica? Poderá uma abordagem ser tão holística que resulte em generalidades improdutivas? Uma teoria de tudo arrisca transformar-se numa generalização, uma teoria de nada”. Isso poderia acontecer não fosse o uso do método da focalização utilizado pela linguística ecossistêmica e a análise do discurso ecossistêmica. Rui não teve acesso ao primeiro artigo mencionado acima no qual se fala sucintamente sobre esse método.

O artigo de Samuel de Sousa Silva, “A César o que é de Deus: Análise Discursiva Ecossistêmica do slogan publicitário-político: “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”, é uma análise crítica de um *slogan* do atual presidente do Brasil. Gilberto Paulino de Araújo critica, “Florestas (im)plantadas” e o discurso ‘verde’ do agronegócio: um olhar sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecossistêmica”, critica o discurso, com pretensão de ambientalmente correto, da campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” da Rede Globo de Televisão.

Davi Borges de Albuquerque, “A presença da Linguística em livros didáticos de Ensino Médio: uma proposta de Análise do Discurso Ecossistêmica”, se dedica a uma área que, aparentemente, não seria adequada para uma abordagem pela ADE. Porém, o texto comprova mais uma vez que a ADE pode efetivamente ser utilizada para análise de todo e qualquer tipo de texto-discurso. Isso é confirmado pelo de Tadeu Luciano Siqueira Andrade, “A vulnerabilidade comunicativa em audiências do Juizado Especial Cível à luz da Análise do Discurso Ecológica”, que mostra que a ADE é bastante apropriada para se

analisarem as interações assimétricas que se dão em situações como esta. Por fim, Ubirajara Moreira Fernandes apresenta um “Breve histórico da jovem Análise do Discurso Ecológico”.

Como se vê, o presente volume do *Boletim do GEPEL* apresenta um conspecto bem abrangente da ADE. Os temas vão desde considerações teóricas até tentativas de aplicação a situações as mais diversas, mas sempre mantendo a identidade da abordagem discursivo-ecológica frente aos demais modelos de análise do discurso.

O número contém ainda informação sobre duas resenhas dos únicos dois livros inteiramente dedicados à ADE já publicados até o presente momento.

## 2. ARTIGOS

### NOVAS REFLEXÕES SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO ECOSISTÊMICA - ADE

Hildo Honório do Couto  
*Universidade de Brasília/GEPL*

#### 1. Introdução

Existem pelo menos três razões para justificar a importância da **análise do discurso ecossistêmica** (ADE). A primeira consiste no fato de ela partir do **ecossistema natural**, que é a base e o cenário da vida na face da terra e, como veremos, a primeira característica da ADE é a defesa da vida, sem qualificações. A segunda consiste em levar a dimensão social em conta, a sociedade (**ecossistema social**), pois a maioria dos seres vivos vive gregariamente, seus membros interagem entre si e com o meio. A terceira é o fato de incluir a dimensão mental que, na verdade, é mediadora entre as duas precedentes (**ecossistema mental**). No caso dos humanos é nesta terceira dimensão que se manifestam as neuroses, fobias, depressões (*stress*) etc., causadoras de sofrimento psicológico. É ela que de certa forma atribui sentido à dimensão natural e à social. Vale dizer, a ADE vê os humanos como seres integrais, **biopsicossociais**. Ela dirige o foco microscopicamente para a dimensão natural dos ecossistemas linguísticos, a partir dos quais examina a questão da vida biológica na face da terra. A partir daí chega à dimensão social, passando pelo controle da mental.

Já existe uma considerável literatura sobre a **análise do discurso ecossistêmica** (ADE), desde seu aparecimento em Couto (2013), e do arcabouço teórico de que ela faz parte, a **linguística ecossistêmica** (LE). Nesse ínterim, ela foi redenominada duas vezes. Inicialmente recebeu o nome de ‘linguística ecossistêmica crítica’, passando logo depois para ‘análise do discurso ecológica’ e, finalmente, ‘análise do discurso ecossistêmica’. Como já ressaltado em diversas oportunidades anteriormente, essas mudanças no nome foram apenas nominais, sem nenhuma consequência no conteúdo. Mais importante do que isso são as novas ideias, conceitos e categorias que vão sendo incorporadas à disciplina.

#### 2. Alguns avanços na ADE

O que vou fazer aqui não é repetir tudo que já foi dito, mas apenas apresentar novas ideias, novos aspectos e novos achados que foram aparecendo ao longo do tempo. Um dos aspectos mais relevantes é a própria **relação entre ADE e LE**, pois alguém já alegou que a ADE seria desnecessária, uma vez que é parte da LE e pode fazer uso de todos os seus conceitos e categorias. Veremos que a ADE tem, sim, seus conceitos e categorias próprios, mas eles são invisíveis a “olho nu” da perspectiva macroscópica da LE, tais como a **valorização da vida**, o **engajamento do investigador para garantir essa valorização** e a **resolução de conflitos sem violência**, à la Gandhi. Algumas ideias não têm a ver com o conteúdo da disciplina propriamente dito, mas com o modo de aplicá-la, como a **ecometodologia**, que faz uso do método da focalização, válido também para a LE em geral.

O **conceito de discurso para a ADE** deve ser bem qualificado, o que está minuciosamente discutido por Anderson Nowogrodzki da Silva neste número do boletim, respeitando seus dois princípios básicos bem como os da LE. Independentemente disso, nos últimos tempos tem emergido o termo composto **texto-discurso**, uma vez que todo discurso tem que estar materializado em um texto e todo texto é materialização de um ou vários discursos. Já foi sugerido também o termo **discursística**, como substituto para a

locução ‘análise do discurso’, nome que a poria em paralelo com linguística, da qual seria uma disciplina irmã. Com isso, os **discursistas** evitariam as críticas de praticantes de linguística “dura” (gramática, estrutura), segundo os quais o que se chama de ‘análise do discurso’ não é linguística porque inclui em seu objeto de estudo até mesmo manifestações não linguísticas, questões literárias, pictóricas e outras. Análise do discurso pertenceria mais ao domínio dos estudos literários do que dos linguísticos. Segundo eles, para ser linguística, uma disciplina teria que se dedicar a objetos de natureza verbal, em que haja elementos de língua, donde o nome linguística. Assim, uma figura não poderia ser analisada por uma disciplina que se considere linguística, mas, talvez, por alguma das variantes da semiótica. O nome ‘discursística’ evitaria essas críticas.

Os **textos-discursos preferenciais da ADE são os dialógicos**. Porém, como ela olha para seu objeto de estudo em sua inteireza, holisticamente, permite seu praticante debruçar-se sobre todo e qualquer outro tipo de texto-discurso. Afinal, como convincentemente argumentaram Bakhtin (1981) e Benveniste (1989) – amplamente discutidos em Couto & Couto (2019) – os textos-discursos aparentemente “monológicos” trazem embutida uma certa dialogia, assunto em si muito interessante, mas que não é possível discutir aqui. Os interessados podem começar consultando essas três referências.

Uma das tentativas de mostrar que a ADE olha para seu objeto de estudo holisticamente, encontra-se no livro Couto, Couto & Borges (2015, p. 164-167), que, além de apresentar as primeiras duas versões da teoria, contém tentativas de análise de diversos tipos de textos-discursos, inclusive do **silogismo** *Todo homem é mortal; Sócrates é homem, logo, Sócrates é mortal*. Além do aspecto textual léxico-semântico e os conectores lógicos, foi apresentada uma hipótese sobre o contexto em que ele poderia ter surgido e usado ao longo do tempo. Foi sugerido que ele deve ter sido repetido em diversas interações comunicativas ao longo do tempo desde, pelo menos os gregos, ou o renascimento. A pergunta que se põe é: qual é o “discurso” em que ele está inserido? É o **discurso filosófico da visão ocidental de mundo (VOM)**, de base cartesiana, elitista e etnocêntrica, que toma a cultura de origem greco-latina como parâmetro para se julgarem as demais. Tanto que exemplificou com o nome de Sócrates. Em sua monumental *História da filosofia ocidental*, Bertrand Russell frequentemente cita não só Sócrates, mas também outras figuras históricas ocidentais como o rei da França, Napoleão etc. O fato é que no seio da ADE já houve tentativa de analisar este tipo de texto-discurso, coisa que, provavelmente, nenhuma outra versão de AD tenha feito. Se ela pretende ser um arcabouço teórico para a análise de todo e qualquer tipo de texto-discurso, não pode refugar nem os silogismos que, como qualquer enunciado linguístico, é resposta a uma pergunta (MAAS, 1973, p. 154-156), é parte de um diálogo, mesmo que tácito, como a análise tentou mostrar.

O praticante de **ADE pode lançar mão de todos os conceitos e categorias da linguística ecossistêmica**, por ser parte dela. Para ter acesso a seus conceitos específicos, que são invisíveis da perspectiva macroscópica da LE, é preciso aproximar o foco a fim de torná-los visíveis por meio do **método da focalização**, como demonstrado em Silva (2020, p. 93) e Couto (2018). Aproximando o foco como sugeriu Garner (2004, p. 202-203, 215) e Silva (2020), visibilizamos pessoas de carne e osso do mundo real (ecossistema natural), que vivem, às vezes sofrem, às vezes são felizes (ecossistema mental). Partindo daí, a ADE tem como princípio central a **defesa incondicional da vida**, de todos os seres e não apenas dos humanos, defesa que inclui uma **luta contra o sofrimento evitável**. Daí derivam outros princípios e categorias, como se pode ver em Couto (2020a, 2020b), Couto & Fernandes (2021) e Silva (2021).

Um aspecto interessante lembrado por Heloanny Brandão é que a ADE se dedica “aos valores ecológicos, defendendo a autorrealização dos seres [vivos]” (BRANDÃO, 2017,



p. 219). Essa atitude já estava recomendada na ecologia profunda (NAESS, 1989, *passim*), mas não foi incluída explicitamente na minuciosa lista de conceitos, princípios e características da teoria que se vê em Silva (2021, p. 19-20). Ela é parte do **prescritivismo** (recomendação) para um **engajamento em prol da vida**, como no princípio número 4 apresentado nesse artigo: “Recomendação para intervir em defesa da vida e evitar sofrimento evitável” (p. 19). Mais, a defesa não é apenas da vida humana, mas também da não humana, ou seja, a animal (fauna) e a vegetal (flora). Esta última raramente é mencionada em grandes cataclismos que devastam vida humana e animal. Eles destroem também grande parte da vida vegetal.

### 3. Ecometodologia e ecoideologia

Os dois princípios recém-mencionados são o núcleo da ADE, sua essência. Quem ignorá-los pode estar fazendo um ótimo trabalho no contexto de outra teoria, não no da ADE. Mesmo que esteja no arcabouço geral da linguística ecossistêmica, só estará praticando ADE se dirigir o foco microscopicamente para o objeto e levar em conta esses dois princípios. A partir daí, pode se valer de outras teorias, inclusive das que valorizam relações de poder político-ideológico, contanto que as subordine à ecoideologia. Em Couto & Couto (2019) há uma tentativa de analisar “Se eu quiser falar com Deus”, de Gilberto Gil, da perspectiva geral da linguística ecossistêmica, mostrando que mesmo aparentemente monológico, o texto pode ser visto a partir da dialogicidade, como vimos com Bakhtin e Benveniste na seção anterior. Porém, não é uma análise pela ADE, justamente porque não passou pelo cadinho de seus dois princípios fundamentais.

A ecometodologia multimetodológica e multidisciplinar da ADE, e da LE, não faz delas uma maria-vai-com-as-outras, nem implica pronunciar palavras mágicas como abracadabra ou um abre-te Sésamo. Pelo contrário, trata-se de dirigir o foco para determinado fenômeno microscópico a fim de analisá-lo em seus pormenores e em seguida recuar à posição abrangente a fim de interpretar os resultados de acordo com a **visão ecológica de mundo** (VEM), pois ela combina a proposta da visão abrangente do topo da montanha (LÖWY, 1985) com o já mencionado método da focalização de Garner (2004). Em uma palestra proferida nos Seminários Linguísticos da UFC em novembro de 2021, eu apresentei o seguinte esquema para mostrar como operacionalizar a questão da multidisciplinaridade e da multimetodologia (figura 1):

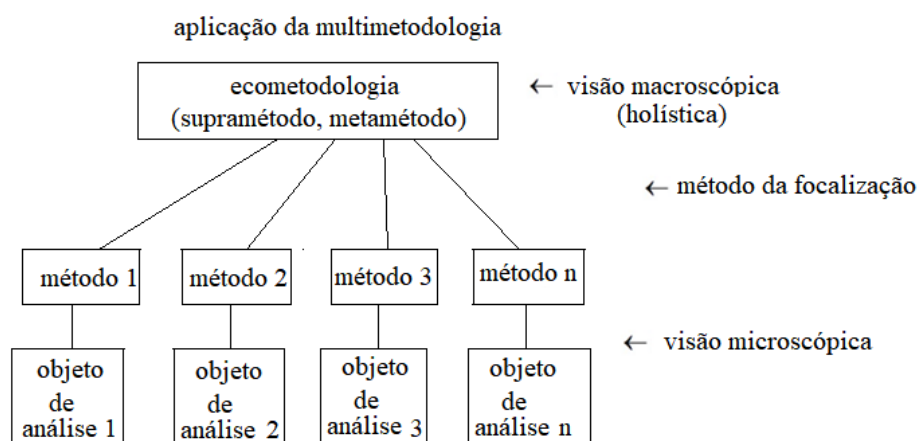


Fig. 1

A perspectiva da LE/ADE é a visão holística, macroscópica. Quando o investigador precisa visualizar os conceitos, categorias e princípios “invisíveis a olho nu” da ADE,

aproxima o foco segundo o método da focalização e utiliza, por exemplo, o método 1 e respectiva teoria para analisar microscopicamente o objeto de análise 1; o método 2, para o objeto de análise 2, e assim por diante. Terminada a análise recua à posição macroscópica a fim de avaliar os resultados no contexto da VEM. Enfim, a **ecometodologia** é um **metamétodo** (ou **supramétodo**), no seio do qual se pode lançar mão de qualquer teoria/metodologia para fazer uma análise microscópica de um pequeno detalhe de determinado fenômeno. É um método para se praticar multimetodologia. É o método dos métodos.

Consistente com os princípios da linguística ecossistêmica, a ADE não é como uma receita, nem muito menos uma forma (com 'ô'), para se fazer bolo. Pelo contrário, ela é um arcabouço geral a partir do qual se podem analisar textos-discursos, preferencialmente, mas não apenas, dialógicos. Por ser multimetodológica e multidisciplinar, ao analisar determinado texto-discurso por meio dela o estudioso pode lançar mão da teoria que for mais adequada, com respectiva metodologia, passando pelo cadinho do método da focalização. Não se deve avaliar os resultados obtidos na análise pela mesma teoria-metodologia. A avaliação deve ser feita no contexto da VEM da LE/ADE, que é abrangente, holística. É preciso recuar do afunilamento microscópico que se tem a partir da janela dessa teoria-metodologia para a visão que se tem a partir da cumeeira da casa – ou do topo da montanha, conforme a metáfora de Löwy – para se proceder à interpretação dos dados. À teoria-metodologia específica cabe a tarefa de analisar dados; à LE e à ADE, a de avaliá-los e interpretá-los.

Retomando a questão da **ecoideologia**, é importante dizer que para a linguística ecossistêmica ela é a ideologia da vida. Tanto que é também conhecida pelo nome de **bioideologia**. Juntamente com a VEM, é ela que constitui o pano de fundo para os dois princípios fundamentais da ADE: defesa incondicional da vida e luta contra o sofrimento evitável. Todas as demais ideologias estão subordinadas a ela, como visualizado na figura 2, que sequer precisa de comentários.

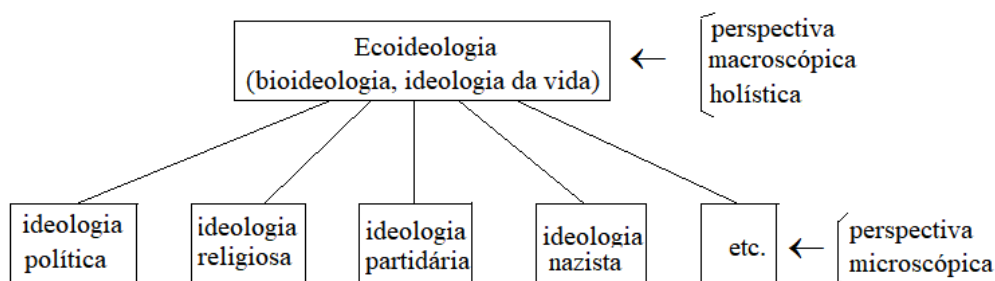


Fig. 2

#### 4. Visão holística

A maioria das análises de discursos sobre questões que envolvem sofrimento não dá o devido valor à dimensão psíquica (mental) nem à natural, exceto, talvez, as considerações lacanianas na AD francesa de origem em Pêcheux. Toca-se no assunto, é verdade, mas isso não é parte do modelo teórico. A teoria fica mais no nível do político-ideológico e do simbólico. A **ecoética** da ADE é deontológica, recomenda intervenção em prol da vida e de um mundo melhor para todos os seres vivos, não apenas os humanos. Por exemplo, Fernandes (2008, p. 13-19 *et passim*) faz uma análise das palavras *ocupação*, usada pelos sem-terra, e *invasão*, usada pelos ruralistas, para se referirem, respectivamente, ao mesmo evento do mundo real, pelo menos na aparência. Sem tomar posição o autor mostrou, corretamente, que cada lado atribui um sentido diferente à palavra, postura defendida também pelo ecolinguista português Rui Ramos, como se pode ver na entrevista que concedeu a *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, 2021 e em sua contribuição neste número do boletim.

Em termos de linguística ecossistêmica e de ADE, o significado de dicionário de Fernandes (2008) seria o **significado sistêmico**, existente no nível da **comunidade de língua**. O **sentido** que cada lado lhe atribui está no nível da interação comunicativa concreta em que as palavras ocorrem e no contexto das respectivas narrativas, em uma **comunidade de fala**. Podemos chamá-lo de **significado interacional**. O autor não deu o passo seguinte, que seria mostrar que a narrativa dos ruralistas tenta justificar a devastação/degradação do meio ambiente vital frequentemente lançando mão até de falácias, ao passo que os membros do movimento dos sem-terra simplesmente defendem o direito que todo mundo tem a um lugar ao sol na face da terra e, se esse direito não é atendido pelo *status quo* eles são forçados a ocupar de qualquer maneira uma porção de terra não cultivada. É um impulso natural de todo ser vivo, que está sempre à procura da própria autorrealização, como disse Arne Naess. O sentido emergido das interações comunicativas tem a ver com a ideologia do grupo a que os interlocutores pertencem, pois, como já dizia Aristóteles, “a ideia não existe separada dos indivíduos concretos” (SÁNCHEZ, 1987, p. 240).

O que defendem os sem-terra é de cunho visceral, eles não têm nada a esconder, como disse Löwy (1985, p. 85, 104, 108) a propósito do proletariado. A narrativa dos ruralistas pretende convencer as pessoas de que produzem alimentos como carne, leite e soja, além de criarem empregos. Isso é apenas uma minúscula parte da verdade. Com efeito, omitem o fato de que produzem carne, leite e soja para vender para a China e encher seus próprios bolsos, não para alimentar os brasileiros. Omitem o fato de criarem muito poucos empregos, pois o trabalho está altamente mecanizado. Omitem também o fato de que sua ação degrada o meio ambiente, desmatando grandes extensões de terra, o que contribui para provocar secas, incêndios devastadores, desaparecimento de cursos d’água e de inúmeros seres vivos, como plantas, animais e muitos microorganismos. Enfim, sua ação contribui para o fim da vida na face da terra.

Precisamos não apenas de “novas narrativas para seguir” (*new stories to live by*), como foi justamente defendido por Stibbe (2015), mas de mostrar as consequências desastrosas de nossas ações sobre o mundo (natural, mental, social) e intervir a fim de evitá-las, coisa que a maioria das teorias não sugere fazer. Nós poluímos não apenas as águas, o ar, o solo e o subsolo da terra. Desde pelo menos a década de 1960 começamos a poluir também outros corpos celestes (lua, marte etc.) e o espaço sideral, a exosfera. Recentemente os astronautas americanos tiveram problema com lixo espacial russo. Diante de tudo isso, quando se fala em engajamento em prol da vida na face da terra, muita gente diz que é preciso “proteger a natureza”. Ora, ela não precisa de proteção. Ela é indiferente a tudo e seguirá seu curso conosco ou sem nós. Cabe a nós decidir se queremos continuar nela ou não.

Tanto na natureza quanto na cultura existem momentos de **ruptura**, conflito, competição e desarmonia, frequentemente seguidos de momentos de equilíbrio, cooperação, harmonia, **comunhão**. Embora ambos existam nas três dimensões (natural, mental, social), a ADE não enfatiza o lado conflito em nenhuma delas, pois o conflito e a ruptura não precisam de defesa: eles existem naturalmente, mas são gatilhos para a evolução, como se pode ver em Dittmar (1973, p. 196-189). Na natureza, por exemplo, “combate após combate ocorrem continuamente com diversos graus de sucesso; a longo prazo, no entanto, as forças se balanceiam tão perfeitamente que a aparência da natureza permanece uniforme por longos períodos de tempo” (DARWIN, 1951, p. 75). Por seguir a visão ecológica de mundo (VEM), a ADE recomenda partir de uma perspectiva holística, que respeite a diversidade que ela implica. Segue, portanto, um procedimento de solução de conflitos que não se poste nem em um nem no outro lado, pois, de acordo com o dito latino, *in medio stat veritas* (a verdade está no meio), paralelo a outro que diz que *in medio stat virtus* (a virtude está no

meio). Isso está discutido pormenorizadamente em Silva (2020, p. 102), que apresentou um gráfico que foi tomado como modelo para o da figura 3 logo a seguir. No caso, (a) representa o ponto de vista do equilíbrio, da homeostase; (b) o do conflito, da ruptura e (c) a postura da visão ecológica de mundo seguida pela ADE.

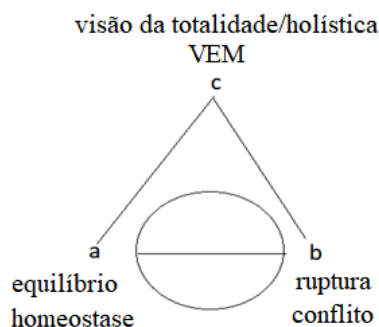


Fig 3

Como se vê, a sugestão é que o analista parta de uma perspectiva que vê os dois lados, embora seu objetivo seja ir na direção do equilíbrio, da homeostase, da harmonia. Parece que a harmonia seria a perspectiva *c*, pois ela poria *a* e *b* em simbiose. Enfim, a vida é um contínuo movimento que vai de *b* a *a*. A posição multidisciplinar e holística da LE/ADE permite ao estudioso ver os dois lados da questão.

O mundo é evolução constante entre rupturas/conflitos e equilíbrio. Logo em seguida a uma ruptura, inicia-se uma tendência ao rearranjo, uma busca pelo equilíbrio, previsto na dialética. A vida é uma constante luta entre as duas tendências, como já se via no masdeísmo (entre século VI e VIII a.C.), de acordo com o qual “o Princípio do Bem (Ormuzd) e o Princípio do Mal (Ahriman) [...] entre si disputam o império das coisas, e cuja luta sem tréguas constitui a história do mundo” (MARITAIN, 1959, p. 21). Como disse Heráclito, *pólemos patér pánton* (O conflito [discórdia, ruptura] é a origem [pai] de tudo). Com sua postura deontológica, a ADE reconhece a inevitabilidade do conflito, da ruptura, mas enfatiza a procura pelo equilíbrio, partindo de uma perspectiva abrangente, como mostrado graficamente na figura 3.

Talvez fosse mais adequado falar em ‘equilibração’, ‘procura pelo equilíbrio’ ou ‘equilíbrio instável’, pois todo ser vivo – e até a natureza inorgânica – está sujeito a esse embate entre entropia e neguentropia, entre dissipação e organização, para falar com a termodinâmica e com a física de Geoffrey Chew, respectivamente. A procura pelo equilíbrio é também parte integrante da psicologia genética de Jean Piaget e de Henri Wallon.

A ADE está preocupada não só com a vida dos animais e/ou dos humanos, mas também com a vida vegetal e até mesmo as bases para a existência de ambas: ar, água, o solo etc. Ela leva em conta os cinco grandes reinos, isto é, *monera*, *protista*, *fungi*, *plantae* (ou *metaphyta*) e *animalia* (ou *metazoa*), além dos *virus*. Como qualquer ser vivo, também os humanos têm que viver e conviver, para sobreviver, em algum lugar com o qual constituam um ecossistema, no caso, o ecossistema natural. Como disse Arne Naess, todo ser vivo está sempre à procura da própria autorrealização, ideia que recua ao *eudaimonia* de Aristóteles (SÁNCHEZ, p. 136-140). Essa autorrealização às vezes leva um ser a comer o outro (cadeia trófica) ou combatê-lo caso represente ameaça a sua vida. Tudo isso é parte do drama da vida. O que não se justifica são as verdadeiras orgias de consumo de carne em churrascadas de fim de semana, bem como a caça e a pesca lúdicas e outras ações predatórias humanas. A caça e a pesca pelos pequenos grupos étnicos e ribeirinhos

da Amazônia, por exemplo, são parte da cadeia alimentar, logo, parte da dinâmica da natureza.

Enfatizemos, defesa da vida e luta contra sofrimento evitável não se refere apenas à vida dos humanos. Elas abrangem também:

1) **vida vegetal** porque devastação, desflorestamento e queimadas provocam reações na natureza tais como enchentes que inundam cidades, secas, incêndios, furacões e tornados devastadores, que levam ao aquecimento global e são altamente prejudiciais à vida na face da terra;

2) **vida animal**, e não apenas de animal doméstico ou domesticado, que fornece trabalho, carne e leite, bem como ajuda no trabalho (cavalos, bois) nem dos animais de companhia (cachorros, gatos). Como existe uma cadeia alimentar nos ecossistemas, o desaparecimento de algumas espécies pode provocar o desaparecimento de outras que se alimentam delas, além do surgimento de vírus (pestes), como o coronavírus, bactérias, pragas etc.;

3) **vida humana**, considerada o topo da linha evolutiva, mas não a mais importante no concerto da vida na face da terra. A propósito, o ecologista americano Christopher Manes disse que “Se os fungos, um dos seres ‘mais baixos’ na escala de valores humanos, se extinguissem amanhã, o efeito no resto da biosfera seria catastrófico, uma vez que a saúde das florestas depende do fungo mycorrízica (*Mycorrhizal*), e o desaparecimento das florestas perturbaria a hidrologia, a atmosfera e a temperatura de todo o globo. Ao contrário, se o *homo sapiens* desaparecesse, o fato passaria inteiramente ignorado pela grande maioria das formas de vida sobre a terra” (MANES, 1996: 24). Na verdade, as demais espécies vivas agradeceriam, pois com certeza floresceriam muito mais sem a presença dos humanos. A natureza não viva (águas, ares, solo etc.) também deve ser respeitada, pois ela é o suporte para todas as formas de vida. Além do mais, como Naess ressaltou, todo ser vivo tem valor intrínseco e deve ser respeitado pelo simples fato de existir.

Enfim, não há razão para a arrogância de nosso antropocentrismo. Na Bíblia está dito para os míticos precursores dos humanos: “(Comerás o pão com o suor de teu rosto, até que voltes à terra, de que foste tomado, porque) *tu és pó, e em pó te hás-de tornar*” (*Gênesis*, 3, 19). Outro dito latino nos lembra que *inter feces et urina nascimur* (nascemos entre fezes e a urina). Não há como negar que somos de base natural, a começar de nossa gênese. Por isso, Finke (2022) defende o abandono da ideia de antropoceno e a adoção do gaiaceno, a ideia de que a terra é um ser vivo e como tal deve ser repetido.

## 5. Considerações finais

A ADE é necessária porque ela é parte da linguística ecossistêmica, cuja base epistemológica é o ecossistema, que é a parte central do objeto da ecologia, que é parte da biologia, que é a ciência da vida. A ADE é de certa forma uma ciência da vida. Os ecolinguistas dinamarqueses Jørgen Christian Bang e Jørgen Døør disseram que sua disciplina “é uma ciência da vida em geral, uma ciência da vida da e para a comunicação linguística humana em especial”. Acrescentaram que “sendo uma ciência da vida, a (eco)linguística deve ser desenvolvida em e com um diálogo com os melhores métodos e ideias mais inspiradoras da biologia” (DØØR; BANG, 2002, p. 416). Vale dizer, esses autores confirmam a tese linguístico-ecossistêmica da ADE segundo a qual tudo começa pela vida real de seres reais, de carne e osso. Não são necessárias grandes elucubrações metafísicas para definir o que seja vida. Ela é um dado primitivo, a vida animal e a vegetal são redutíveis *qua* vida talvez apenas ao nível da célula.

Para terminar, gostaria de informar que além das referências já mencionadas, existem duas apresentações bastante sintéticas da ADE: uma está no *Boletim do GEPL* n. 4, 2020; a outra na *Wikipedia*, no seguinte endereço:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise\\_do\\_Discurso\\_Ecossist%C3%AAmica](https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%A1lise_do_Discurso_Ecossist%C3%AAmica)

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981, 2ª ed.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, Heloany de Freitas. Os princípios do direito ambiental brasileiro: Uma perspectiva da análise do discurso ecológica. In: COUTO et al. *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 217-234, 2017.
- COUTO, Elza; FERNANDES, Eliane. Análise do discurso ecossistêmica: teoria e prática. Brasília: UnB/PPGL, 2021. <http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>
- COUTO, Hildo Honório do. A metodologia na linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 4, n. 2, p. 18-33, 2018. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/12355/10835>
- \_\_\_\_\_. Análise do Discurso Ecossistêmica – ADE: conceituação e pequeno histórico. *Boletim do GEPL* n. 4, 2020a. [http://www.ecoling.unb.br/images/Nmero-4\\_2020.pdf](http://www.ecoling.unb.br/images/Nmero-4_2020.pdf)
- \_\_\_\_\_. Análise do discurso ecossistêmica. *Árboles y rizomas*, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2020b. <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/rizomas/article/view/4634/26003658>
- \_\_\_\_\_; COUTO, Elza. Uma leitura ecolinguística de “Se eu quiser falar com Deus”, de Gilberto Gil. *ECO-REBEL* v. 5, n. 2, p. 40-53, 2019. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/27661/23798>
- COUTO, Hildo; COUTO, Elza; BORGES, Lorena. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.
- DARWIN, Charles. *The origin of species*. Londres: J. M. Dent & Sons Ltd, 1951 (1a. ed. 1859).
- DITTMAR, Norbert. *Soziolinguistik*. Frankfurt/Main: Athenäum, 1973.
- DØØR, Jørgen; BANG, Jørgen Chr. Ecology, ethics and communication: An essay in eco-linguistics. In: FILL, A.; PENZ, H.; TRAMPE, W. (orgs.). *Colourful gree ideas*. Berna: Perer Lang, p. 415-433, 2002.
- FERNANDES, Cleudemar. *Análise do discurso: Reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2ª. ed., 2008.
- FINKE, Peter. *Mut zum Gaiazän: Das Anthropozän hat versagt*. Munique: Oekom, 2022.
- GARNER, Mark. *Language: an ecological view*. Berna: Peter Lang.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez Editora, 1985, p. 81.
- MAAS, Utz. Sprachliches Handeln I: Auffordern, Fragen, Behaupten. In: *Funk-Kolleg Sprache 2: Eine Einführung in die moderne Linguistik*. Frankfurt/Main: Fischer Taschenbuch Verlag, p. 144-157, 1973.
- MANES, Chr. Nature and silence. In: GLOTFELTY, Ch., FROMM, H. (orgs.). *Ecocriticism reader: Landmarks in Literature and Ecology*. Athens: The University of Georgia Press, p. 15-29, 1996.
- MARITAIN, Jacques. *Introdução geral à filosofia*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 5ª. ed., 1959.
- NAESS, Arne. *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

RAMOS, Rui. Entrevista sobre ADE. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, p. 125-131, 2021. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36700/29032>

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. 1987. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, 10ª ed.

SILVA, Márcio M. G. Coronavírus, ideologias e análise do discurso ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 6, n. 2, p. 90-106, 2020. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/32667/26622>

\_\_\_\_\_. Um estudo do discurso do ex-capitão Jair Messias Bolsonaro pela Análise do Discurso Ecológica. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, p. 2021, sobretudo a seção sobre teoria da ADE. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36696/29025>

STIBBE, Arran. *Ecolinguistics: Language, ecology and the stories we live by*. Londres/N. York: Routledge, 2015.

# O CONCEITO DE DISCURSO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA

Anderson Nowogrodzki da Silva (UnB/GEPL/NELIM)

A Análise do Discurso Ecológico (ADE) é um ramo da Linguística Ecológica, ciência que, apesar de incipiente, tem ganhado espaço entre os estudos linguísticos e vem se consolidando entre as teorias que se dedicam ao estudo da interação comunicativa em ecossistemas antropogênicos. Segundo Silva (2020), a ADE toma uma postura diferente dos demais ramos da Análise do Discurso, estabelecendo como ponto de chegada no seu fazer científico a defesa de toda e qualquer forma de vida por meio da luta contra qualquer tipo de sofrimento que seja evitável. Busca-se, com base em uma compreensão profunda dos valores discursivos que permeiam as interações comunicativas humanas, agir direta ou indiretamente sobre as violências que estão dispersas ecologicamente. Apesar de ser uma definição muito precisa sobre os propósitos da ADE, precisamos também dar atenção aos conceitos de base, ao ponto de partida, que parecem óbvios, mas que, ao serem destrinchados e esmiuçados, podem orientar o olhar para o objeto de análise, a compreensão da teoria, de sua operacionalização.

A ADE está consolidada, no momento de escrita deste texto, há menos de dez anos e já evoluiu bastante nesse meio tempo, tendo mudado e se refinado em diversos aspectos, o que é resultado de discussões regulares sobre seus alicerces teóricos e metodológicos. Essa dinamicidade é natural e importante, mas pode gerar confusão para aqueles que não acompanham o movimento de perto. Por isso, este texto se dedica a discutir e a esclarecer questões epistemológicas basilares, que de forma recorrente aparecem como dúvidas de pesquisadores e de leitores curiosos que estão sendo apresentados à ADE. Para tanto, a definição do conceito de discurso é um motor que permite dar contornos mais claros a outros elementos fundamentais. A fim de evitar que essa definição seja vazia e descontextualizada, demanda-se um estudo do conceito de discurso em outras vertentes da Análise do Discurso, para que se possa observar os pontos de convergência e de dissonância e deixar claro o lugar que ocupa a ADE e sua perspectiva teórico-epistemológica nos estudos do discurso.

Questões primordiais que buscamos responder e orientam a discussão desenvolvida são: o que é discurso para as demais vertentes da Análise do Discurso?; o que é discurso para a ADE?; qual o objeto de análise da ADE?; qual a importância do texto para a ADE?. Acreditamos que, ao discutir essas questões, muitas dúvidas serão sanadas e muitas contribuições tomarão forma.

## 1. O conceito de discurso em perspectivas

Abordamos, nesta seção, de forma concisa, quatro perspectivas diferentes sobre a noção de discurso, buscando contextualizar definições e alguns conceitos relevantes a elas associados. Essas vertentes teóricas foram selecionadas com base em sua relevância para os estudos do discurso no Brasil.



## **1.1 O conceito de discurso para Foucault**

Para Foucault (1986), o discurso pode ser definido como um conjunto de enunciados que tem como base uma mesma formação discursiva, ou seja, uma regularidade que se pode vislumbrar na dispersão dos enunciados enquanto conjunto, na sociedade. É preciso encontrar um sistema que dá forma a entrelaçamentos entre enunciados, uma regularidade no complexo dos dizeres, dessa forma, define-se a existência de um discurso.

Uma definição mais abrangente sobre o pensamento de Foucault (1986) em relação ao conceito de discurso, excedendo sua dinâmica, é a de representação culturalmente erigida pela realidade. Dessa forma, o discurso pode ser identificado com base nas regularidades entre enunciados dispersos e é constituído como representação social, histórica e cultural (não como uma cópia exata da realidade), que se manifesta por meio de práticas discursivas ao longo do tempo. Sendo assim, o objeto de análise, na perspectiva foucaultiana, são as práticas discursivas enquanto enunciados materializados.

A partir dessas definições, podemos compreender que, para Foucault (1986), o discurso é determinante em relação ao que pode ou não ser dito ou feito em dado momento socio-historicamente marcado, considerando a relevância de conceitos como saber, poder e subjetivação.

## **1.2 O conceito de discurso para a Análise do Discurso de Linha Francesa**

Há que se postular que o discurso, para a Análise do Discurso de Linha Francesa, está intrinsecamente relacionado à noção de discurso formulada por Foucault. Nesse sentido, mantém-se a ideia de que não há controle ou produção individual do discurso, de que ele é socio-historicamente marcado e de que deve ser compreendido a partir das regularidades históricas que permeiam sua produção.

O discurso se define, para além do que foi posto por Foucault, de acordo com Pêcheux (1988), como a produção de enunciados materiais por meio de marcações da formação discursiva que atravessam o sujeito em acordo com sua posição-sujeito. Para o autor, o sujeito é múltiplo e dinâmico, comportando em sua constituição diversas posições, que variam em acordo com as formações discursivas e ideológicas nas quais se insere, sendo resultante das relações que se estabelecem entre história e ideologia.

Pêcheux (2010) reitera a ideia de discurso enquanto conjunto de enunciados que podem ser ditos num momento socio-historicamente marcado e que fazem parte de uma formação discursiva. Para Orlandi (2012), a formação discursiva deve ser compreendida como a relação estabelecida entre enunciados no que diz respeito à linguagem, aos assuntos e às posições ideológicas demarcados na produção do dizer. Os sentidos se materializam linguisticamente e se efetivam nas formações discursivas, demarcando posições (ORLANDI, 2012).

A visão de Pêcheux (1988) sobre a Análise do Discurso carrega consigo uma forte influência do marxismo materializado em Althusser, considerando a existência de uma relação de forças que permeia e impacta as formações discursivas, tomando forma na luta de classes, na medida em que a posição dos sujeitos e sua manutenção dependem de um conflito de poder constante, o que demarca posições ideológicas.

O enfoque desse viés teórico recai sobre o processo de produção do discurso, buscando compreender de que forma os sentidos são historicamente determinados, como se constituem e qual a dinâmica de sua circulação. Assim, observa-se a sistematização de uma formação imaginária dinâmica, ou seja, das relações sociais que permitem saber o que/como podemos/devemos dizer em acordo com a posição-sujeito que ocupamos, dando forma a representações de si e do mundo que nos envolve.

### **1.3 O conceito de discurso para a Análise Crítica do Discurso (ACD)**

O conceito de discurso para a ACD, de acordo com Resende e Ramalho (2006), pode ser definido como prática social, por meio da qual se age sobre o mundo e sobre as pessoas. A ACD aborda o discurso por meio de uma concepção tridimensional, que engloba as dimensões do texto (Linguística Sistêmico-funcional), da prática discursiva (produção, distribuição e consumo dos textos) e da prática social (contextos sociais e culturais – hegemonia e subordinação).

Fairclough (2008) descreve os objetivos da ACD como sendo descobrir, revelar e divulgar aquilo que não fica claro nas experiências empíricas, as ideologias subjacentes aos discursos e as relações de dominação que delas emanam. Institui-se uma busca por entender a constituição dos discursos e seus impactos na sociedade.

O discurso dá forma às identidades humanas, às relações sociais, aos saberes e às crenças. É uma via de mão dupla, na medida em que reproduz a sociedade como ela é, mas, ao mesmo tempo, permite que ela seja transformada (FAIRCLOUGH, 2008).

Na concepção da ACD, “[...] implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...]” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 90-91). Nesse sentido, o discurso se configura como prática e as práticas se alicerçam nas representações constituídas discursivamente, ou seja, o modo como se concebe e se representa o mundo, enquanto discurso, é que permite, ou não, sua transformação.

### **1.4 O conceito de discurso para Bakhtin**

Em acordo com o que apresenta Bakhtin (2003), pode-se afirmar que o discurso se caracteriza como uma construção linguística que está vinculada intrinsecamente ao contexto social em que se constitui, sendo impossível separá-la de quem a enuncia, dos atos que integram a enunciação, dos valores ideológicos mobilizados e das esferas sociais em que se insere. É nas relações dialógicas com outros discursos que um discurso toma forma, construindo uma malha discursiva polifônica, em que as vozes que enunciam se misturam, se fundem, se contrariam e se confundem, sendo sempre precedidas e sucedidas por um outro discurso.

A Análise do Discurso transcende a análise textual e investiga o contexto da estrutura discursiva, tomando como alicerce de suas análises a dinâmica da língua “[...] em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 181)

De acordo com Bakhtin (2003, p. 324), os objetos de análise da Análise do Discurso são a comunicação discursiva, o enunciado, as ações (dialógicas), as formas da comunicação e os gêneros do discurso.

## **2. O conceito de discurso para a ADE**

A partir das concisas explicações dos conceitos de discurso em outras vertentes teóricas, percebemos que essa concepção vai além da língua, do texto ou do dizer enquanto elementos isolados. Nem por isso esses elementos deixam de ser constitutivos do discurso e essenciais para a sua análise, mas não o definem. A fim de entender os discursos, é necessário exceder os elementos linguísticos estruturais.

Algumas aproximações entre os quatro conceitos de discurso apresentados nesta peça monográfica precisam ser evidenciadas, cabendo dizer que também são aproximações em relação ao conceito de discurso mobilizado pela Análise do Discurso Ecológico, são elas:

- a) A percepção de que o discurso se concretiza e se dinamiza nas formas de perceber o mundo e de agir sobre ele, em diferentes contextos.
- b) O objetivo da análise é entender as dinâmicas do discurso partindo de uma base epistemológica específica.
- c) É preciso ir além do texto materializado e alcançar a esfera do discurso.

Essas aproximações são importantes para que vejamos que os analistas do discurso se dedicam ao mesmo objeto de análise, mas de perspectivas diferentes, trazendo categorias conceituais que são janelas e que permitem ver um ângulo específico do complexo discursivo.

### **2.1 O que é discurso para ADE?**

Sem delongas e de forma concisa, o discurso para a ADE pode ser definido como a relação entre os modos de ver/interpretar o mundo (perspectivas) em dado ecossistema linguístico e como se pode interagir comunicativamente/agir a partir deles. Sendo assim, o objeto de análise da ADE deve ser o discurso, tomando como ponto de partida interações comunicativas e as regularidades que se apresentam entre elas.

Traça-se um objetivo claro no estudo do discurso, que é descrever e analisar como os sentidos/valores discursivos emergem num ecossistema antropogênico por meio da ecologia da interação comunicativa (em que se consideram os falantes, o assunto, as regras sistêmicas mobilizadas e o cenário da interação). Não se pode, no entanto, permanecer numa instância microscópica das interações, é preciso partir para a esfera do discurso, a fim de entender de que forma esses valores impactam o ecossistema linguístico enquanto totalidade e constituem as perspectivas de mundo e os modos de interagir/agir, entrecruzando diferentes materialidades e observando suas regularidades. Esse processo deve, no entanto, contribuir para a ação de um pesquisador ativo, que não apenas descreve ou analisa uma materialidade, mas que se posiciona em relação à realidade e aos seus problemas e que age sobre ela de forma direta ou indireta, buscando mudanças. No caso da ADE, essa postura se baseia nos princípios da ideologia da vida, que prima por amenizar o sofrimento evitável e por defender a vida, posicionando-se contra a violência

por meio de uma postura crítica alicerçada nos princípios da Ecologia Profunda, de Arne Naess.

## **2.2 Qual a importância do texto para a ADE?**

É recorrente que o discurso seja confundido com o texto, principalmente entre pesquisadores e leitores que estão sendo apresentados aos estudos do discurso. Porém, por ser uma teoria que se dedica ao estudo do discurso, a ADE não pode se restringir à análise do texto ou de seu conteúdo, é preciso avançar até a instância discursiva.

O texto se constitui como materialidade linguística e é uma via de acesso ao discurso. Por isso, deve ser tratado como uma base indiciária para que possamos acessar os valores discursivos que permeiam os enunciados, configurando-se como um portal de acesso.

O texto pode ser entendido como uma unidade estruturada linguisticamente que se manifesta em dada interação comunicativa. Ou seja, apesar de ser a base material para a qual se olha, interessa ao analista do discurso numa perspectiva ecossistêmica partir da interação real existente, considerando as dimensões física, mental e social que a constituem e, na sequência, com base nos elementos da interação, o que inclui as regras sistêmicas enquanto elementos formais do texto, chegar à esfera do discurso.

### **Considerações finais**

A proposta deste texto foi a de condensar aquilo que se discutiu sobre o conceito de discurso para a ADE e os elementos que o orbitam, mas não é uma forma de fechar ou cessar discussões sobre o assunto. Pelo contrário, espera-se que seja uma forma de provocar e instigar outras reflexões e questionamentos.

A principal ideia aqui mobilizada é a de que as diferentes vertentes da Análise do Discurso se baseiam em perspectivas teóricas diversas que se debruçam sobre um mesmo objeto de análise a partir de uma base epistemológica específica. A ADE, como uma dessas vertentes, olha para os valores discursivos impressos nas interações comunicativas e suas regularidades como forma de compreender as relações estabelecidas em ecossistemas linguísticos e os caminhos possíveis para que o sofrimento evitável seja amenizado.

### **REFERÊNCIAS**

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010. p. 59-158.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, M. M. G. Coronavírus, Ideologia e Análise do Discurso Ecolinguística. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 06, n. 02, p. 90-106, 2020.

## CONTRIBUTOS PARA A DISCUSSÃO EM TORNO DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA

Rui Ramos

Universidade do Minho, Portugal

1. A presente reflexão pretende prestar um contributo para a discussão em torno da Análise do Discurso Ecológica (ADE), tal como Couto; Couto; Borges (2015<sup>1</sup>, 2018, 2020, entre outros) a apresenta<sup>2</sup>. Mais do que soluções, respostas ou posicionamentos definitivos, pretende levantar algumas questões e suscitar a discussão. As reflexões decorrem de um posicionamento que reconhece o contínuo questionamento de que a ciência se alimenta, a sua busca permanente para a inacessível verdade, e a consciência da efemeridade do conhecimento e da intangibilidade do saber absoluto.

2. Em 1970, Einar Haugen proferiu a conferência “The Ecology of Language”, na qual evocou um novo estudo “ecológico” das inter-relações entre as línguas, quer ao nível da consciência individual, quer ao nível da interação social em comunidades multilíngues. Este posicionamento rompe com os quadros teórico-metodológicos formais de análise das línguas, que se restringem à abordagem dos sistemas linguísticos até ao limite da frase, ignorando a enunciação e o influxo dos dados contextuais para a descrição dos fenómenos linguísticos.

Para Haugen, a noção de “ecologia” apresenta um uso metafórico, que considera as línguas nos seus contextos (mental e social). E o investigador apontava um conjunto de questões “ecológicas” para o estudo de cada língua, cujas respostas poderiam ser perseguidas por diferentes ramos da linguística: linguística histórica e descritiva, demografia linguística, sociolinguística, dialinguística, dialetologia, filologia, linguística prescritiva, lexicologia, etc. Percebe-se nestas propostas uma orientação para a “integração interdisciplinar” (RAMOS, 2004, p. 547), o que não é estranho a posicionamentos de outros investigadores que propuseram, na mesma época, abordagens que fossem capazes de realizar uma “efectiva aproximação aos fenómenos comunicativos – procurando, então, levantar no aparente caos ou na variedade aparentemente inesgotável do exercício discursivo princípios integradores e regularidades sistematizáveis e propor em consonância com isso uma caracterização adequada da própria estrutura da língua” (FONSECA, 1994, p. 97-98).

Em rigor, Haugen não foi o primeiro a evocar a relação entre língua e ambiente. Já Sapir (2001 [1912]) antes o havia feito, mas usando uma noção de “ambiente” própria do seu tempo e, portanto, diversa da atual.

Mais recentemente, mas na esteira das ideias seminais de Haugen, outros investigadores têm apresentado propostas que unem a abordagem da língua e dos discursos de modo articulado. Em alguns casos, não só usando a ecologia como metáfora, tal como Haugen fazia, mas aproximando-se de um uso denotativo. É o caso de Hildo Honório do Couto, com uma proposta, que tem vindo a evoluir ao longo dos últimos anos, e que hoje pode ser chamada Análise do Discurso Ecológica (ver, por exemplo, entre as obras mais recentes, COUTO 2020).

Uma das propostas de Couto que divergem das de Haugen está na noção de “ambiente”. Em um texto publicado em 2013 (mas retomando ideias já expressas anteriormente), Couto assinala que o facto de Haugen considerar que o meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa constitui “um problema” (COUTO, E, 2013, p. 11). No texto

---

<sup>1</sup> Neste obra, Couto ainda usa a designação “Análise do Discurso Ecológica”, mais tarde abandonada em favor de “Análise do Discurso Ecológica”.

<sup>2</sup> Ver também E. Couto & E. Fernandes, 2021, publicação que se inscreve na mesma linha de estudos.

assinalado, assim como em outros, Couto distingue o meio ambiente “natural, o mental e o social” (2013, p. 13). Esta especificação permite análises mais detalhadas e focalizadas. As propostas de Couto incluem diversos tópicos que me parecem altamente produtivos para a análise da língua e dos discursos. Outros são, do meu ponto de vista, polémicos ou necessitam de melhor explicitação e evolução (ou de melhor apreensão da minha parte). Aponto alguns:

a) reconhecimento da língua como repositório da experiência vital de uma comunidade de fala / comunidade de língua. De facto, as línguas servem as comunidades, restritas ou alargadas, que as falam. Trata-se de um fenómeno prolongado no tempo, dialógico e altamente complexo, que não pode senão deixar as suas marcas inscritas na língua. Essas marcas podem ser analisadas como testemunho do devir histórico, das relações sociais, das atividades agrícolas ou industriais dos povos, da sua relação com o transcendente, dos valores sociais que vão adotando ao longo dos tempos, etc. A sua análise ecológica, descrevendo o local e enquadrando-o no global, e reconhecendo as interações entre um e outro níveis, parece mais produtiva do que análises formais descontextualizadas;

b) reconhecimento do dialogismo como dimensão fundamental dos textos-discursos, aquilo a que a ADE chama “interação comunicativa”. Esta pressupõe “comunhão”, sintonia sobre as dimensões essenciais sobre o discurso, como o tópico, o respeito pela vez, a coconstrução discursiva, etc. Tal é perfeitamente compreensível quando se examina, por exemplo, o que Adam designa como tipo textual dialogal, nas suas propostas de tipologia textual; mas há que reconhecer que todo o texto-discurso (aqui incluídos os textos-discursos monogerados e monogeridos) inclui uma imagem do seu alocutário, se dirige a ele, incorpora expectativas sobre ele que enformam esse texto-discurso). Neste campo, pode convocar-se as críticas que Fonseca faz à teoria dos atos de fala de Searle, por este ignorar as respetivas dimensões sequenciais e interativas dos discursos, centrando excessivamente os seus critérios no locutor, excluindo a participação fundamental do alocutário na realização dos atos de fala (nomeadamente, naqueles que Hancher designa como “atos pré-cooperativos”) (RAMOS, 2005).

c) consideração do enunciado como unidade de comunicação, e não frases isoladas, partes de um sistema abstrato. Como refere Bakhtin[e]<sup>3</sup>, “cada enunciado é um elo na corrente complexa organizada de outros enunciados” (BAKHTINE, 2006, p. 272). Contudo, a ADE não exclui a análise e a descrição de aspetos parcelares e focalizados das línguas. Usa a metáfora do indivíduo que sobe a um lugar alto para obter uma visão geral sobre o seu entorno, mantendo a possibilidade de focalizar o seu olhar analítico sobre algum detalhe específico. O procedimento ideal seria o de conseguir descrever adequadamente o objeto local sem perder de vista o cenário global. E **incluir na descrição a teia de relações entre os dois, de modo articulado, mostrando as dependências, as causas e as consequências, os efeitos de interação entre o nível local e o nível global** (como, aliás, sublinha Couto numa publicação de 2020);

d) em termos metodológicos, Couto fala da “ecometodologia” da linguística ecossistémica e define-a afirmando “que é eminentemente uma multimetodologia” (COUTO, 2018, p. 20). Esta ecometodologia aceita métodos indutivos e dedutivos, sem restrições, e abre-se ao influxo de ciências diversas, incluindo aquelas que não se inscrevem no âmbito das ciências sociais e das humanidades. Afirma:

---

<sup>3</sup> Traduções diversas consolidaram a forma “Bakhtin” no português brasileiro e a forma “Bakhtine” no português europeu.

“como nos mostra o perspectivismo (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 43-67, 180-190), só conseguimos ver um pequeno aspecto do objeto investigado de cada vez. Para vê-lo na íntegra é preciso integrar diversas abordagens teórico-metodológicas. Para fazer isso, precisamos da ajuda de especialistas nas diversas áreas, uma vez que o conhecimento está altamente fragmentado” (COUTO, 2018: 23).

Couto justifica ainda:

“Por isso, a linguística ecossistêmica utiliza a visão multilateral da ecometodologia. Ela tem consciência de que tanto os métodos indutivos quanto os dedutivos contêm uma parcela de verdade. Por isso, é preciso pôr os dois a dialogar entre si, enfim, entre indução e dedução tem que haver uma interação dialética” (COUTO, 2018, p. 23)

O propósito é claramente louvável: em vez de ver o mundo fragmentado ou parcelar, parece ser bem mais sensato ousar abarcar a complexidade. Contudo, existe uma ameaça à coerência da proposta teórica pela adoção destes princípios metodológicos. Pode uma multimetodologia, associada a uma multidisciplinaridade ou a uma transdisciplinaridade, provocar uma perda de especificidade científica? Poderá uma abordagem ser tão holística que resulte em generalidades improdutivas? Uma teoria de tudo arrisca transformar-se numa generalização, uma teoria de nada.

Este poderá ser um risco, se forem ultrapassados limites de especificidade. Talvez a ADE necessite de traçar alguns limites; ou talvez eles se imponham naturalmente aos investigadores e este risco seja minimizado ou anulado. Provavelmente, o foco da questão não se colocará nos princípios metodológicos gerais, mas na sua aplicação em abordagens concretas.

e) o posicionamento “empenhado” ou “engajado” do investigador é claramente assumido pela ADE. Este posicionamento não é novo nas ciências sociais e humanas, nomeadamente na linguística – veja o caso da análise crítica do discurso.

No caso da ecolinguística, tal posicionamento é explicitamente assumido por múltiplos autores. Alwin Fill refere, num texto publicado em 2000:

As we approach 2000, language ecology of the Haugenian tradition more and more concerns itself with the situation of many of the world’s languages, which parallels that of many species of animals and plants, i. e., **the danger of becoming extinct!** The ecology of language(s) thus merges with the movement for the salvation of endangered languages, which is gaining strength as the turn of the century approaches (FILL, 2002, p. 163).

Este excerto remete para a dimensão interventiva da ecolinguística, afastando-se de posicionamentos descritivistas mais isentos. Couto refere a adoção de uma ecoideologia, rejeitando a adoção de atitudes politicamente assumidas, mas não a adoção expressa de uma ideologia nem de uma orientação prescritivista. Afirma:

“Uma questão com a qual todo cientista tem que se avir é a da neutralidade relativamente ao objeto investigado, evitando que seu engajamento enviesasse o resultado. Em época recente, duas posições foram defendidas. A primeira é a



da objetividade total, ou seja, de que o cientista deve se manter inteiramente neutro frente ao objeto de estudo. Essa é a posição do positivismo de Comte e Durkheim (LÖWY, 1985). Por outro lado, temos a posição do agrobiólogo soviético Trofim Denisovitch Lyssenko, de acordo com a qual não há neutralidade na ciência, toda pesquisa é engajada, reflete a ideologia perflhada pelo pesquisador que, no caso dele, era o materialismo dialético e histórico. (...) Na verdade, a neutralidade absoluta é impossível, mas deixar que a ideologia e as preferências do investigador direcionem os resultados é condenável” (COUTO, 2018, p. 21-22)

Em sequência, convoca outros autores, que consolidam o ponto de vista segundo o qual a neutralidade absoluta não existe, o que significa que um conceito de verdade absoluta também não é alcançável. Cita Chew, que afirma que "os cientistas não lidam com a verdade; lidam com descrições limitadas e aproximadas da realidade" (COUTO, 2018, p. 22); e cita Capra, segundo o qual “a ciência procura ‘descrições aproximadas’” (CAPRA, 1998, p. 133ss, in COUTO, 2018, p. 24).

De facto, neutralidade ou objetividade absolutas não existem. Toda a descrição de um objeto se ancora num determinado ponto de vista, decorre de uma cultura, usa uma língua, inscreve-se numa situação comunicativa específica. Ainda assim, é viável buscar a objetividade possível, dentro dos limites humanos a que estamos sujeitos, mesmo no campo das ciências sociais e humanas. A forma de o investigador se defender da sua própria subjetividade é dar a máxima ênfase aos objetos em análise, aos textos-discursos, remetendo a sua descrição radicalmente para o material verbal, na respetiva articulação com os contextos em que este ocorre.

Um dos riscos da adoção de posições empenhadas é o de estas acabarem por colocar o investigador a pregar a convertidos; outro é o de perder toda a credibilidade quando as circunstâncias políticas ou sociais se alteram. Se o investigador se confunde com o ativista ou o propagandista político, afasta-se do objetivo de analisar e descrever os seus objetos de estudo de modo aceitável para a generalidade dos potenciais destinatários, entre os quais se conta a comunidade científica.

Neste aspeto, partilho do posicionamento de Fill: “*ecological language awareness is the aim, not “ecocorrectness”!*” (2002, p. 22).

## Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- COUTO, E. *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Campinas: Pontes, 2013.
- COUTO, E.; Fernandes, E. *Análise do Discurso Ecológico: teoria e prática*. Brasília, 2021. PPGL/Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>
- COUTO, H.; COUTO, E.; BORGES, L. *Análise de Discurso Ecológica - ADE*. Campinas: Pontes, 2015.
- COUTO, H. A metodologia da linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 4, n. 2, p. 18-33, 2018. <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/12355/10835>
- COUTO, H. Análise do Discurso Ecológico - ADE. *Árboles y Rizomas*, v. II, n. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35588/ayr.v2i2.4634>.
- FILL, A. Tensional Arches: Language and Ecology. In: FILL, A.; PENZ, H.; TRAMPE, W. (orgs.) *Colourful Green Ideas. Papers from the Conference ‘30 years of*

- language and ecology*' (Graz, 2000) and the Symposium 'Sprach und Ökologie' (Passau, 2001). Berna: Peter Lang, p. 15-27, 2002.
- FONSECA, J. O lugar da Pragmática na Teoria e na Análise Linguísticas. In: *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, p. 95-104, 1994.
- HANCHER, M. The classification of cooperative illocutionary acts. *Language in society* v. 8, n. 1, p. 1-14, 1979.
- HAUGEN, E. The Ecology of Language. In: FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (orgs.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*, Londres: Continuum, p. 57-66, 2001 (1972).
- RAMOS, R. Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso?. In: OLIVEIRA, F.; DUARTE, I. M. (orgs.). *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, p. 545-562, 2004.
- RAMOS, R. O acto ilocutório de convite no discurso infantil. In: MARQUES, M. A. et al. (orgs.). *Ciências da Linguagem: 30 anos de Investigação e Ensino*. Braga: Centro de Estudos Humanístico - Universidade do Minho, p. 239-260, 2005.
- SAPIR, E. Language and Environment. In: FILL, A.; P. MÜHLHÄUSLER, P. (orgs.) *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*. Londres: Continuum, p. 13- 23, 2001 (1912).

## A CÉSAR O QUE É DE DEUS: ANÁLISE DISCURSIVO-ECOSSISTÊMICA DO SLOGAN PUBLICITÁRIO-POLÍTICO: “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS”

Samuel de Sousa Silva (UFMS)

A Análise do Discurso Ecológico, apesar de se configurar como uma heurística no interior de um paradigma muito bem consolidado e de relevância incontestável e reconhecida, o paradigma ecológico, se vê sempre confrontada com demonstrar sua solidez epistemológica e metodológica para a análise dos variados discursos a fim de validar seu lugar de direito seja como uma nova Análise do Discurso, seja como uma nova Ecologia da Linguagem. Sendo assim, esse texto pretende demonstrar a solidez da Análise do Discurso Ecológico na análise do enunciado; “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos” da campanha presidencial de 2018 no Brasil.

Como o próprio nome da heurística já delimita, ela é tanto uma Análise do Discurso quanto uma disciplina da Ecologia, ou como o nome sugere, uma Análise do Discurso cujo conceito teórico fundamental, ecossistema, é advindo da ecologia. Conforme afirma Couto & Fernandes (2021, p.12), o ecossistema é “o objeto de estudo dessa ciência”. Diante disso, não há como se abster de compromissos teóricos já consolidados no interior dessas disciplinas dos quais nos fizemos herdeiros. Em relação à Análise do Discurso, o compromisso principal é que o discurso não é simplesmente o texto, ou o enunciado linguístico, mas está para além dele, são os atravessamentos de caráter histórico-social-cultural-ideológico que faz com que o texto se apresente em tal enunciado e não outro em seu lugar como diz Foucault (FOUCAULT, 2005, p. 30). O discurso, portanto, seria aquilo que o analista consegue enxergar no texto ao passá-lo pelo crivo da sua inscrição histórica, percebendo suas filiações às instituições, às ideologias e aos sujeitos requeridos e rechaçados no interior do texto. Sendo assim, a Análise do Discurso Ecológico não pode simplesmente analisar o texto como para demonstrar os sentidos presentes nele, como se fosse uma análise de conteúdo ou uma hermenêutica, mas se coloca no dever de encontrar aquilo que atravessa o texto, o seu real, aquilo que no texto conduz a práticas e se concretiza na história.

Já em relação a Ecologia, o compromisso principal é que o conceito de ecossistema é o cerne tanto epistemológico quanto metodológico para a ecologia, ou seja, o olhar do pesquisador para ao seu objeto deve ser antes de tudo “ecossistêmico” (ODUM, 2001, p. 17), o que significa estar sempre verificando no seu objeto dois princípios constituintes: suas inter-relações e sua relação com a totalidade, pois o ecossistema é antes de tudo um sistema de inter-relações de indivíduos entre si e desses indivíduos com algum princípio de totalidade (ODUM, 2001 p. 12). Esse conceito também é metodológico, porque uma vez que o olhar do pesquisador se define como um ponto de vista “ecossistêmico”, o objeto pesquisado será sempre um ecossistema, uma rede de inter-relações entre indivíduos entre si que remetem à algum princípio de totalidade.

Conforme assevera Couto & Fernandes (2021, p. 12-13), na Análise do Discurso Ecológico “o texto-discurso emerge de uma interação comunicativa que produz sentidos em uma rede de interações comunicativas, num sistema complexo”, de modo que “O ponto de partida para os estudos da Análise do Discurso Ecológico é analisar as rupturas de harmonia na dinâmica das relações dos humanos em seu habitat” entendendo “que a interação se estabelece em um movimento que relaciona um povo específico ( $P_1$ ), isto é, os sujeitos que vivem em um território ( $T_1$ ) ou contexto espacial, mental e social e, aí, se comunicam por meio de imagens, gestos, sinais e palavras, a sua língua ( $L_1$ )”, sendo que o pesquisador a partir de um olhar mais abrangente poderá visualizar “outros ecossistemas, para observar de perto as relações comunicativas entre o ecossistema natural, sócio-histórico e mental”.

Diante disso, analisaremos o enunciado “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos” a partir desses dois princípios analíticos: 1) sua inscrição histórica e 2) sua inscrição ecossistêmica.

Antes de passarmos o enunciado pelo crivo desses dois princípios, vamos a sua análise linguística, para vislumbrarmos como o enunciado em si se constitui, pois é o enunciado que materializa e evoca todas as relações possíveis, sejam elas históricas ou ecossistêmicas.

O enunciado em análise “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos” é uma frase em que há uma divisão clara entre dois grupos, separados espacialmente pelo adverbio de lugar “acima”. Segundo o dicionário *Oxford languages*, “acima” significa “em direção a lugar ou parte superior”, ou, ainda, “movimento ascendente”. Dessa forma, entre os dois grupos separados e em oposição nesse enunciado, há um grupo que estaria em movimento ascendente em relação ao outro grupo, demarcando, portanto, no mínimo, um desejo de um grupo de subjugar o outro grupo se colocando em posição superior ao outro.

Esses grupos em oposição estão claramente situados pela ordem frasal da língua portuguesa. No lugar da frase que cabe ao sujeito ativo da ação, aquele que comanda a ação na frase, aparecem os substantivos Brasil na primeira oração e Deus na segunda oração. Esses substantivos próprios carregam uma carga semântica muito forte, pois representam ideias consolidadas em um período histórico muito grande e que se tornaram ideologias institucionais. Brasil representando toda a ideia de nação, nesse caso uma nação específica com todas as suas particularidades, e Deus representando toda a ideia de religião, e nesse caso por sua associação ao nome Brasil, que foi construído historicamente como uma nação cristã, representando o cristianismo.

Já o outro grupo, que ocupa o local na frase geralmente ocupado pelo objeto, e, portanto, passível de sofrer a ação do outro grupo que ocupa a posição do sujeito, é denominado pelos pronomes indefinidos “todos” e “tudo”, que significam, respectivamente, qualquer um e a totalidade das coisas. Esses pronomes trazem geralmente a ideia de uma grande massa, que não pode ser identificada por sua individualidade, mas por seu comportamento como um todo.

A primeira coisa que podemos perceber nesse enunciado é que o primeiro grupo que demonstra seu desejo de subjugar o segundo grupo é um grupo identificável, enquanto o segundo é uma grande massa amorfa reconhecida apenas como um grande conjunto: “todos” e “tudo”. Sendo assim, o primeiro grupo é um grupo menor que se coloca no direito de estar acima desse outro grupo muito maior, que apesar de ser maior, não tem a capacidade de se governar, pois é apenas um conjunto, algo parecido como uma boiada, enxame ou outra coisa que o valha. No entanto, é justamente ao inserirmos esse enunciado em sua inscrição histórica que vamos identificar os grupos aqui representados.

O coronel Cláudio Tavares Casali explicou que o enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que foi utilizado como *slogan* de campanha do presidencial Jair Bolsonaro (PSL) e nome da sua coligação, tem sua origem no final da década de 1960 durante a ditadura militar no Brasil. Ele foi cunhado por um grupo de paraquedistas nacionalistas formado pelos capitães Francimá de Luna Máximo, José Aurélio Valporto de Sá e Kurt Pessek, que criaram o lema “Brasil acima de tudo” no contexto do período mais duro da ditadura no Brasil, logo após a implementação do AI-5 (em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/?ref=botao-fechar-sticky>).

O grupo militar de paraquedistas foi denominado de “A Centelha Nativista”, e se considerava um grupo mais nacionalista, pois consideravam que o grupo militar que governava o Brasil era fraco e não lutava com tanto afinco pelo Brasil como um país

protagonista e grande. O grupo surgiu primeiramente com o intuito de concretizar um plano para impedir que os sequestradores do embaixador norte-americano Charles Elbrick embarcassem em um avião e deixassem o país em 4 de setembro de 1969. Com a falha do plano, já que dois dias depois os sequestradores foram libertados pelo governo militar e deixaram o Brasil, os membros da Centelha Nativista invadiram a estação da Rádio Nacional e leram um manifesto de repúdio com o seguinte teor: “a decisão da junta governamental de fazer a entrega de presos condenados pela Justiça, numa demonstração de fraqueza e à revelia das Forças” (...) “Conclamamos à união e tomada de consciência de que existe em nosso país declarada guerra interna revolucionária de comunistas, contra a qual iniciamos neste momento ações militares de repressão”. O manifesto é concluído assim: “em nome de Deus, Brasil acima de tudo”.

O que podemos verificar ao recuperarmos esse contexto histórico da elaboração do enunciado “Brasil acima de Tudo” – e já nesse momento histórico sua filiação a um discurso além de militar também religioso, “em nome de Deus”, – é que o conflito de classes ideológicas era no seu início entre um grupo de militares nacionalistas mais radicais, que consideravam o próprio exército fraco demais nas suas ações contra o grupo divergente, e um grupo denominado pela Centelha Nativista de “comunistas”.

É importante ressaltar também que o momento histórico do surgimento do grupo Centelha Nativista é o do auge da chamada guerra fria. É só lembrarmos que o ano desses acontecimentos é 1969, ano do ato mais simbólico da vitória da guerra fria pelos capitalistas dos EUA sobre os “comunistas” da URSS que é a ida do homem à lua.

Portanto, ao retomarmos essa genealogia do *slogan* analisado, fica muito claro quais são os grupos em conflito: de um lado, um grupo militar extremista sob uma ideologia nacionalista com ensejos de poder e domínio e, do outro, os denominados “comunistas”, que conforme a circunscrição definida pelo *slogan*, todos e tudo, corresponderia a todos e qualquer um que não professasse os ideais desse grupo militarista. O que diferencia, a princípio, o *slogan* atual de sua origem histórica é uma ênfase maior na relação desse grupo militarista com uma ideologia religiosa identificada como cristã.

### **A relação intrínseca entre o cristofacismo e o bolsonarismo**

No entanto, essa relação entre um discurso militarista e autoritário e a ideologia cristã não é novidade, apesar de ser contraditório em relação aos textos sagrados da tradição cristã reunidos na denominada *Bíblia Sagrada* na sua parte chamada de *Novo Testamento*, na qual se narra a história de Jesus Cristo.

É nesse sentido que a teóloga alemã Dorothee Sölle cunhou o termo cristofacismo. Ela criou o termo na década de 70, meados do século XX, definindo uma conduta política que mescla valores do cristianismo com uma prática fascista. A autora baseou suas conclusões nos fatos bem consolidados das relações do partido nazista alemão com as igrejas cristãs no regime do Terceiro Reich (ALBURQUERQUE, 2019).

Atualmente, no contexto político brasileiro há certas semelhanças quando alguns segmentos das igrejas cristãs e suas lideranças forneceram apoio a Bolsonaro e suas políticas de intolerância e de ódio. Há alguns exemplos recentes desse apoio de segmentos cristãos ao presidente Jair Bolsonaro como as manifestações públicas nas redes sociais e em TVs, cujos direitos de transmissão pertencem a igrejas, como do padre Jonas Abib (Rede Canção Nova) e frei Hans Stapel (Fazenda Esperança), como também evangélicos com boa circulação midiática, caso do pastor da Assembleia de Deus Silas Malafaia em apoio a Bolsonaro (ALBURQUERQUE, 2019).

Para Magali do Nascimento Cunha, o cristofacismo possui uma longa história e no contexto brasileiro contemporâneo é necessário vislumbrar suas adaptações e peculiaridades sem esquecer seu caráter fascista e truculento. A autora comenta que

no contexto alemão este fenômeno se desenvolveu e expandiu com a ajuda de igrejas evangélicas e suas lideranças. Pode-se inferir, com base em Cunha (2018), que a história registra como os evangélicos alemães (de maioria luterana) colaboraram com o desenvolvimento do nazismo enquanto os católicos resistiram ao regime no início, mas depois se omitiram e adaptaram-se por autopreservação (CUNHA, 2018).

Segundo Cunha (2018), no contexto atual o cristofascismo ainda se manifesta de forma estrutural. É nessa perspectiva que a autora resgata a impressão de Sölle, de que a estrutura do poder teológico funciona como elemento de sustentação discursiva do discurso fascista que em nome de uma salvaguarda de valores tradicionais cristãos ataca violentamente grupos indesejáveis para a elite dominante e seus objetivos econômicos e de poder. É nesse sentido que Cunha (2018) afirma:

“Para Dorothee Sölle, no tempo presente há posturas semelhantes da parte de igrejas e suas lideranças. O mesmo apoio a supremacias, totalitarismos, a políticas de intolerância e de ódio contra minorias por igrejas no passado estaria vivo entre cristãos no presente. [...] Isto por conta da fé em um Jesus individualizado e sentimentalizado, que despreza o profetismo que o caracteriza nos Evangelhos, além de silenciar e até zombar da atuação dele entre os pobres e marginalizados. [...] “Este tipo de religião”, diz a teóloga, “conhece a cruz apenas como um símbolo mágico do que [Jesus] fez por nós, não como um sinal do homem pobre que foi torturado até a morte como um criminoso político [...]. Este é um Deus sem justiça, um Jesus sem uma cruz, uma Páscoa sem uma cruz – [...] uma traição aos desprezados, uma arma milagrosa a serviço dos poderosos” (CUNHA, 2018, n. p.).

Para Albuquerque (2019), outra característica do fascismo, como doutrina política, é imprimir um caráter religioso ao movimento político em torno do culto a um líder que por meio de sua autoridade totalitária, de origem divinizada, detém o direito à moralização por meio de seus métodos de violência na vida pública e privada. Albuquerque (2019) comenta:

[...] o fascismo é uma doutrina política ancorada na devoção a um líder mitificado pela manipulação ideológica que busca a unificação de um povo por meio de ideais nacionalistas e militaristas, de forma totalitária, impondo o domínio do líder e de seu grupo partidário, numa autoridade sem limites com poderes totalitários de controle da vida pública e da vida privada. Não há diversidade, apenas uniformidade de pensamento e costumes. Para tanto desenvolve uma prática violenta, incitando agressões contra todos seus opositores que ele declara como sendo inimigos do Estado. Consequentemente, o fascismo é o grande apoiador e promotor de violências físicas nas ruas, seja por ações de indivíduos ou de milícias paramilitares (ALBUQUERQUE, 2019, n. p.)

Sendo assim, a existência percebida como doutrina política, controle ideológico, temperado por ideais nacionalistas, se constitui em discurso e práticas de violência contra as minorias e a diversidade. Dessa forma o fascismo tenta se legitimar e impor à força um pacto amplo de um Estado paralelo entre milícias e paramilitares. Construção essa cada vez mais presente como realidade política e social brasileira. Por causa disso se torna imprescindível a compreensão de que o fascismo não surge por acaso na história. Sua constituição é um processo discursivo antes que prático, por meio de uma lenta, mas contínua banalização do mal. Este é um procedimento utilizado com o propósito de tirar

a humanidade do outro, quando o outro surge como “indesejável”; constituindo um discurso que impossibilita a grande massa de ter compaixão por esse outro indesejável, mas o vê como o inimigo, como algo vil a ser violentado e eliminado.

Podemos perceber essa lógica na elaboração do *slogan* analisado, ao definir o outro, o inimigo passível de ser subjugado por esse poder autoritário, como um sujeito sem rosto, sem identidade, identificado apenas como um conjunto, podendo ser definido apenas como “todos” e “tudo”, ou “comunistas”, como no texto do grupo “Centelha Nativista”. Esse processo de construção de um discurso autoritário e fascista, cumpre a função de despersonalizar o outro, tornando-o suscetível de ser alvo de violência.

Essa despersonalização do outro vai contra um dos fundamentais princípios da Visão Ecológica de Mundo (VEM), o da defesa da vida incluindo a luta contra todo sofrimento evitável. E que segundo Silva (2020), o sofrimento não se restringe apenas ao sofrimento físico, mas pode se configurar também como sofrimento social em que ocorre “a desmoralização de alguém perante a comunidade a que pertence” (SILVA, 2020, p. 93). E nesse caso analisado temos a “desmoralização”, configurada em despersonalização, de toda uma comunidade identificada como ‘comunistas’, ‘esquerdistas’, ‘petistas’ ou ‘petralhas’, que inclusive os torna passíveis de uma violência maior que é a violência física.

Ao comungar com o projeto fascista, as igrejas cristãs aderem a um dispositivo estatal profundamente perverso. Py (2020) afirma que o discurso fascista propicia que as ações de discretos religiosos se assemelhem ao mal que pessoas comuns podem praticar nos seus cotidianos sem a reflexão crítica das consequências desses atos no nível mais macro da estrutura social. Segundo Hanna Arendt, esse processo de banalização do mal se dá quando um governo, ao tirar a humanidade do “outro indesejável”, suscita nas pessoas comuns a incapacidade de compaixão por esse outro. De forma que, por exemplo, os religiosos batistas e presbiterianos ao aderirem ao projeto bolsonarista, agem como meros tecnocratas que tomam decisões técnicas para o bom funcionamento da máquina estatal e da ordem, sem refletirem que suas ações podem ter permitido que mais pessoas morressem durante a pandemia de Covid-19 no Brasil ao apoiarem a não vacinação por exemplo (PY, 2020, n. p.).

Nesse sentido, é interessante notar que apesar da proximidade do presidente Jair Bolsonaro e sua trupe a líderes evangélicos mais histriônicos, como o pastor Silas Malafaia – que de certa forma combinam mais com a própria imagem do presidente, – os líderes evangélicos que de fato participaram do seu governo foram os mais discretos pastores presbiterianos André Mendonça e Milton Ribeiro. Que a semelhança dos “ministros” do partido nazista analisados pela filósofa Hanna Arendt, são burocratas eficientes que fizeram o que lhes era possível para desempenhar seus trabalhos de forma a agradarem o seu patrão e manterem o seu emprego. E no caso do pastor presbiteriano André Mendonça, ainda foi muito bem premiado com o cargo de ministro do supremo, algo que o também maquiavélico, mas menos discreto ministro Sergio Moro não conseguiu.

Essa trupe religiosa-burocrática, comum ao bolsonarismo e ao nazismo, é o que Schiller denomina de “sistema do egoísmo” ao se referir a sociedade burguesa. Na sua crítica ao trabalho alienado e a burocracia o filósofo alemão critica o “pensador abstrato” que indelevelmente tem “o coração frio” pois “desmembram as impressões que só como um todo comovem a alma”, e “o homem de negócios” que enclausurado nos seus afazeres cotidianos “é incapaz de elevar-se à compreensão de um tipo alheio” aos seus próprios interesses (Schiller apud Habermas, 2002, p. 67).

O que podemos verificar nas condições históricas e sociais de produção desse *slogan* é um processo de construção de um cristofacismo à brasileira, à semelhança do

crisofacismo alemão, mas com suas roupagens verde e amarela. Com suas peculiaridades de o inimigo não ser o judeu dos alemães, mas os comunistas da guerra fria, aproveitando de uma nostalgia de algo não vivido, que foi a promessa de um país eficiente, sem corrupção e de pujança econômica prometida pelos militares no golpe de 1964.

Como já dizia Antônio Candido, o nosso nacionalismo é um nacionalismo por procuração (CANDIDO, 1989), por isso, o discurso bolsonarista constrói a figura do outro indesejável pelos moldes importados do neoconservadorismo estadunidense.

Nos EUA, ser cristão protestante constituía a identidade comum para aquela sociedade, estabelecendo a unidade nacional e os distinguindo dos outros. No entanto, esta base religiosa foi perdendo sua força aglutinadora em meados dos anos 60 e com o surgimento do movimento de contracultura, questionador do *status quo* e iconoclasta quanto aos valores tradicionais. A cultura *hippie*, atingindo sua consolidação em 1967, recusava o nacionalismo e pregava a paz, o amor, além de simpatizar-se com as religiões orientais como o Budismo e o Hinduísmo por seu caráter mais interiorizado e menos proibitivo (ORTUNES, 2013).

Por causa disso, em uma espécie de movimento contra-contracultura, em 1974 surge nos EUA o movimento denominado de Maioria Moral liderado por Jerry Falwell que se preocupava com “a onda liberal” que estava presente nos Estados Unidos. Entendendo liberal em relação aos costumes e a moral. A principal bandeira desse movimento, que assim como o bolsonarismo no Brasil, se dizia cristão e defensor da família, era a luta contra o aborto que culminou em 1973 com o caso Roe versus Wade (ORTUNES, 2013).

Aproveitando-se de todo este ímpeto religioso e o forte engajamento político gerado por esse movimento, um grupo de intelectuais que também não concordava com algumas práticas dentro da sociedade norte-americana, perceberam que esse liberalismo em relação à moral no contexto interno não era uma política que garantiria uma estabilidade ao país, e também entendia o comunismo como uma ameaça em nível global. Assim, houve essa aliança política com afinidades ideológicas entre a Direita Cristã e alguns intelectuais, que ficaram conhecidos posteriormente como neoconservadores. Essa confraria entre a direita cristã e os neoconservadores, mobilizou uma pauta que combinava a defesa das práticas neoliberais na economia, a partir do mantra do estado mínimo e do conceito de soberania do mercado, o que posteriormente ficou conhecido como capitalismo selvagem, e uma defesa dos valores do fundamentalismo cristão, cuja bandeira incluía a luta contra o direito ao aborto, os direitos LGBRQI+, o feminismo, o movimento negro, sendo que a junção dessas lutas contra os direitos defendidos por esses grupos marginalizados geralmente é designado “defesa da família tradicional” (ORTUNES, 2013). No caso brasileiro, são justamente essas mesmas causas que juntam o bolsonarismo e o grupo evangélico, o que é justificado no caso brasileiro como defesa da família tradicional cristã e os direitos do cidadão de bem.

### **Análise discursiva ecossistêmica**

Conforme Odum (2001), um ecossistema é regido pelos princípios de “inter-relação” e de “totalidade”, um ecossistema se configura sempre por inter-relações que se dão entre indivíduos que compartilham um mesmo ambiente, e entre esses indivíduos e algum princípio de totalidade. Segundo o autor, o ecossistema deverá ser um conceito amplo, de cunho epistemológico-metodológico, que em uma análise ecológica deverá fazer emergir “as relações obrigatórias, a interdependência e as relações causais, isto é, a junção de componentes para formar unidades funcionais” (ODUM, 2001, p.13).

Nesse sentido, devemos verificar essas relações obrigatórias, interdependência e relações causais que compõem a unidade funcional do bolsonarismo representado no discurso do



*slogan* “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”. Como vimos nas análises acima, a relação obrigatória básica de sustentação desse discurso do *slogan* é o conflito entre um grupo A, identificado pela análise histórica que fizemos como um grupo militarista de cunho nacionalista, e um grupo B, identificado originalmente como “comunista”.

Além disso, podemos perceber pela inscrição histórica desse discurso, as relações causais que estabelecem a base de identificação imaginária que constitui a representatividade desse grupo militar nacionalista em vários grupos da sociedade brasileira. A relação causal principal de sustentação e criação de pertencimento aos integrantes desse grupo é a relação estabelecida entre esse grupo e a defesa a um conjunto de valores convencionalmente reconhecido como cristãos.

No entanto, o grande problema ecossistêmico na constituição do grupo representado por esse *slogan* é sua característica conflituosa estruturante. Tanto na sua relação constituinte obrigatória, quanto nas relações de interdependência que mantêm o grupo coeso, a linha mestra que estabelece os vínculos entre os vários integrantes do grupo e a ideia de uma totalidade desse grupo, sua unidade funcional, é a característica de que esse grupo existe para combater outros grupos, sejam eles os comunistas, a esquerda, o feminismo, os negros, o movimento LGBTQI+.

Conforme Silva, o discurso da figura representante do bolsonarismo, o presidente Jair Bolsonaro, é perfilhado por “uma ideologia militarista e beligerante radicalmente fundamentalista”, além de ser matizada por discursos “racista, homofóbico, machista entre outras desigualdades”, assemelhando-se a figuras históricas como “Adolf Hitler, Benito Mussolini, o Estado Islâmico e até Nero (um jornal europeu o chamou de BolsoNero)” (SILVA, 2020, p. 96).

Segundo Odum “os ecossistemas, tal como as populações e os organismos e seus componentes, são capazes de automanutenção e autor-regulação” (ODUM, 2001. p. 50). Diante disso, a homeostasia é a tendência que os sistemas biológicos têm para permanecer em estado de equilíbrio”, ou, depois de alguma alteração, retornar ou recompor o equilíbrio ecossistêmico (ODUM, 2001. p. 50-51). Esse conceito está relacionado ao de entropia, que é a energia não reutilizável que sobra das trocas de energia no interior de um ecossistema para a sua própria manutenção e evolução. Essas trocas de energia são a própria essência da vida, e são responsáveis pelas “sucessões de mudanças tais como o crescimento, autoduplicação e a síntese de relações complexas de matérias” (ODUM, 2001. p. 56). Portanto, a entropia faz parte do ecossistema, pois o ecossistema sobrevive e evolui por trocas de energias cujo processo culmina na entropia, na energia não reutilizável cuja acumulação pode culminar na destruição do próprio ecossistema. Mas o processo homeostático consiste justamente na dispersão dessa energia de sobra mantendo uma baixa entropia no ecossistema, reestabelecendo o equilíbrio ecossistêmico, o que permite sua manutenção e evolução para estados mais complexos.

Sendo assim, o problema em relação ao ecossistema discursivo-político representado pelo enunciado aqui analisado é sua tendência para o aumento incessante do seu nível entrópico, sem nenhuma compensação homeostática. Isso se dá porque sua relação obrigatória, aquilo que é estrutura estruturante da manutenção desse discurso, é o conflito, ou seja, o discurso que congrega todos os vários grupos representados nesse discurso, com todas as heterogeneidades entre eles, é que eles são um grupo em luta, que está em conflito com algum outro grupo específico.

Segundo Silva, “de acordo com a Linguística Ecossistêmica e a Análise do Discurso Ecológica, o núcleo da língua é a interação comunicativa e para que um ato de interação comunicativa seja eficaz é necessário que os interlocutores entrem em comunhão, uma espécie de predisposição para o diálogo, um clima de sintonia, de sinergia” (SILVA, 2021, p. 25). Diante disso, em um ecossistema discursivo como o do bolsonarismo, cuja

relação estruturante é o conflito, a comunhão essencial em qualquer ecossistema não se viabiliza, pois o diálogo necessário ao estabelecimento dessa comunhão foi de início excluído desse ecossistema. Pois para haver diálogo é necessária predisposição para ouvir o outro, e não apenas expor suas perspectivas como verdades.

Sendo assim, esse ecossistema discursivo é desprovido daquilo que Habermas ao analisar as ideias de Schiller chama de “força comunicativa, solidária, fundadora de comunidade” (HABERMAS, 2002, p. 66). Dessa forma, esse ecossistema discursivo é estruturalmente incapaz de formar comunidade, prover uma mensagem de preservação e comunhão que permite uma comunidade saudável.

### **Considerações finais**

Então no interior desse ecossistema há os evangélicos, cujo objetivo principal é lutar contra aqueles que não professam seus valores, os neoliberais, que lutam contra aqueles que buscam controlar a acumulação desenfreada de capital por uma minoria, o agronegócio que luta contra os ambientalistas etc. Ou seja, no fundo, a única ideia que une todos esses grupos aí representados é o conflito. Por isso, esse discurso teve sua encarnação em uma figura de um ex-militar, que apesar de nunca ter participado de uma guerra de fato, como toda essa atual geração das forças armadas brasileira, cumpre essa função simbólica de representar a guerra, a luta.

Sendo assim, esse não é um ecossistema viável a médio e longo prazo, pois para que esse grupo permaneça como grupo é necessário conflitos e mais conflitos, mas isso gera muita energia entrópica de sobra, a energia conflituosa dos interesses não mútuos, as lutas não são as mesmas, e em algum dado momento, movidos pela necessidade do conflito que é a lei geral do todo desse ecossistema, surgirão conflitos internos ao próprio ecossistema, como já tem surgido. E, no entanto, não há nenhuma estratégia homeostática como lei funcional desse ecossistema, o que invariavelmente leva ao crescimento da entropia no interior desse ecossistema e resultará na sua implosão, destruição e falta de capacidade de evoluir para um estágio mais avançado.

O problema principal quanto a essa característica funcional desse ecossistema é o fato dele ser o ecossistema discursivo político que governa o Brasil; sua característica de ser fadado a autodestruição, tem a tendência de afetar um ecossistema bem maior que é o Brasil como um todo e que já tem se contagiado por esse caráter destrutivo.

### **Referências**

ALBURQUERQUE, Alexandre Aragão de. *Cristofascismo: o que é isso? Segunda Opinião*, [s. l.], 29 nov. 2019. Disponível em:

<https://segundaopinio.jor.br/cristofascismo-o-que-e-isso-alexandre-aragao-de-albuquerque/>.

COUTO, Elza Kioko N. N.; FERNANDES, Eliane M. F. *Análise Do Discurso Ecosistêmica (ADE): Teoria e prática*. Brasília, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2021. E.book disponível em:

<http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>

CUNHA, Magali Nascimento. *“Lobos devoradores” e o cristofascismo no Brasil*. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo – RS, 17 out. 2018. Notícias. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/583800-lobos-devoradores-e-ocristofascismo-no-brasil>

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ORTUNES, Leandro. Religião e o discurso político neoconservador nos Estados Unidos. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 141, 2013.

PY, F. *Nova configuração cristofascista de Bolsonaro: evangélicos começam a se desprender do bolsonarismo*. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo – RS, 04 maio 2021. Notícias. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/608894-nova-configuracaocristofascista-de-bolsonaro-evangelicos-comecam-a-se-desprender-do-bolsonarismo>. Acesso em: 05/02/2022.

SILVA, Márcio M. G. Coronavírus, ideologias e Análise do Discurso Ecológico. *ECO-REBEL* v. 6, n. 2, p. 90-106, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/32667/26622>

SILVA, Márcio M. G. Um estudo do discurso do ex-capitão Jair Messias Bolsonaro pela Análise do Discurso Ecológico. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, p. 18-34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36696/29025>

# FLORESTAS ‘(IM)PLANTADAS’ E O DISCURSO ‘VERDE’ DO AGRONEGÓCIO: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA

Gilberto Paulino de Araújo<sup>4</sup>

A Análise do Discurso Ecológico (ADE) tem como princípio fundamental a defesa da vida. Além disso, considera a necessidade de cooperação humana para superar os problemas estruturais como as injustiças sociais e qualquer outra forma de sofrimento evitável. De modo mais específico, podemos dizer que os discursos, materializados em práticas sociais podem e têm impactado na dinâmica dos ecossistemas, causando, assim, danos aos seres humanos e ao meio ambiente como um todo.

Na obra *Análise do Discurso Ecológico (ADE): teoria e prática*, Couto e Fernandes (2021) ressaltam que as interações comunicativas são constituídas por três dimensões:

- a) O ecossistema natural: esta complexa rede envolve toda a natureza, sendo este não apenas um cenário, pois recebemos influência dele, assim como exercemos influência sobre ele, numa permuta constante e dinâmica.
- b) O ecossistema mental diz respeito à complexidade cognitiva, emocional, sensitiva, linguística, localizada no cérebro, ou seja, o lócus dessas interações.
- c) O ecossistema social é constituído pelos sujeitos, isto é, seres humanos que vivem em grupos sociais, envolvidos em diversos papéis cujas interações constituem a linguagem como fenômeno social e histórico.

De acordo com Silva (2017), com base na Ecologia Profunda do filósofo e ecologista norueguês Arne Naess, a ADE busca romper e questionar determinadas posições políticas e ideológicas: o ambiente visto como um todo relacional; o respeito à vida em todas as suas formas de manifestações; a valorização da diversidade e de um sistema de colaboração mútua; a oposição ao sistema de classes sociais e a busca de autorrealização; a luta contra a superexploração dos bens naturais; a compreensão de que

---

<sup>4</sup> Doutor em Linguística (PPGL/UnB). Graduando em Engenharia Florestal (UFT). Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Arraias. Membro dos seguintes grupos certificados pelo CNPq: Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecológica (GEPL/UnB); Núcleo de Estudos de Ecolinguística e Imaginário (NELIM/UFG); Sociolinguística, Letramento e Educação (SOLEDOC/FUP-UnB); Etnobiologia e Patrimônio Biocultural (UEFS).

a complexidade compõe o sistema de manutenção da vida; a busca pela autonomia e autossuficiência local.

[...] a ADE não exclui de seu objeto de estudo textos-discursos de cunho político-ideológico. Estes podem ser analisados também, mas não apenas eles. Afinal, o arcabouço maior a que ela pertence, a Linguística Eossistêmica e a visão ecológica de mundo, olha para a língua/linguagem holisticamente [...] (COUTO, 2020, p. 11).

Nesse sentido, a partir de elementos conceituais da ADE, o presente texto demonstra como a adoção de um discurso em “defesa” do meio ambiente deixou de ser exclusividade dos movimentos sociais e das Organizações não Governamentais há muito tempo. A respeito disso, Martínez-Alier (2007) denomina *credo da ecoeficiência* a preocupação com o manejo sustentável ou o “uso prudente” dos recursos naturais: controle da contaminação, não se restringindo aos contextos industriais, mas também incluindo a preocupação com a agricultura, a pesca e a silvicultura.

Por outro lado, até que ponto essa “preocupação” com o meio ambiente é refletida, verdadeiramente, nas práticas sociais ao levarmos em consideração aquilo que é constantemente publicizado pela mídia em nome dos setores que representam o agronegócio em nosso país (e internacionalmente, é claro)?

Vejamos o exemplo da campanha publicitária veiculada pelo Grupo Globo “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. De modo mais específico, observamos que esta campanha integra um projeto muito maior em que o agronegócio constitui a base político-econômica de desenvolvimento do país: “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”.

A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” teve início em junho de 2016. Até o dia 22 de setembro de 2018, foram lançadas 57 peças. Alguns dos temas tratados, entre produtos agrícolas e de produção animal, foram: frango, café, cana-de-açúcar, milho, arroz, laranja, flores, melão e algodão. [...] A duração de cada peça publicitária é de 50 segundos a 1 minuto. No caso das campanhas de 1 minuto, os 10 segundos a mais são dedicados aos patrocinadores: Seara, marca do Grupo JBS, e Ford, que publicita o veículo Ford Ranger (SANTOS et al., 2019, p. 55-56).

A cada propaganda a busca por aproximar os espectadores de um suposto modelo rural brasileiro que representaria o modo de vida do “homem/mulher” do campo, trabalhando em excelentes condições, com acesso a maquinários, sementes, direito à terra, irrigação, colheitas recordes, caminhonetes de luxo etc. E acima de tudo, o

“agronegócio” como o responsável por possibilitar todo o crescimento e riqueza brasileira, como podemos observar nas palavras da própria campanha<sup>5</sup>:

O agro está em tudo, nas máquinas que colhem os grãos, que se transformam em ração, que alimenta animais, que geram leite, carne, lã. Lã e algodão geram roupa. Roupa tá na moda. Moda gera lucro, que gera emprego e investimento, que volta para o campo, aumentando a produção de trigo, milho, cana. Cana faz etanol, que movimenta carros. Carro tá na propaganda, que anuncia tudo: o pneu de borracha, que veio das árvores, o sapato de couro, que veio do gado. Tudo vem do agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil.

Recentemente, no mês de novembro de 2021, foi divulgada mais uma dessas propagandas, tendo como foco a “preocupação” com o meio ambiente, ao destacar a agricultura orgânica como integrante da denominada Indústria-Riqueza do Brasil<sup>6</sup>:

Orgânico é agro. A procura por uma alimentação mais natural aumentou no Brasil. A agricultura orgânica triplicou nos últimos dez anos. Agora são 25 mil produtores cadastrados. O comércio evoluiu com o uso dos aplicativos e o aumento das entregas domiciliares. Hoje, além das pequenas propriedades, os grandes produtores de grãos, como o milho e a soja, estão entrando no sistema orgânico. É comida destinada aos animais, que vão produzir a carne, o leite e o ovo orgânico. Agricultura orgânica busca maior harmonia com a natureza. Orgânico é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil.

Ainda que a chamada se volte para a agricultura orgânica, os elementos constituintes da campanha permanecem os mesmos, como o uso de aplicativos (evidenciando a tecnologia presente no meio rural brasileiro), a cadeia produtiva que integra todo o setor (ou seja, agro é tudo) e a produção em grande escala (indicação da riqueza gerada pelo agro). Numa breve análise, é possível perceber que o aspecto ambiental se encontra diluído em meio a tantos outros fatores considerados mais significativos ou importantes para o agronegócio.

Vale salientar que um desses setores do agronegócio monocultor tem adotado o discurso verde como marca registrada de seus empreendimentos comerciais: as empresas de base florestal. De modo específico, a campanha da Indústria-Riqueza do Brasil também tem sua propaganda veiculada nos diferentes canais de comunicação em rede nacional:

---

<sup>5</sup> Ver: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/video/entenda-a-campanha-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-5343997.ghtml>.

<sup>6</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=0HzpoLhiMg4>.

Madeira é agro. As florestas plantadas ajudam a preservar o meio ambiente. O cultivo de árvores pelos agricultores reduz a derrubada das florestas naturais. A madeira alimenta cerâmicas, siderúrgicas, marcenarias, construção civil e é matéria prima da indústria de papel e celulose. A exportação de celulose e dos produtos derivados da madeira rendeu 12 bilhões de dólares em 2019, o que faz da madeira plantada o mais importante produto agrícola brasileiro depois da soja. Madeira sustentável é agro. Agro é tech, agro é pop, agro é tudo. Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil.

O uso do termo “florestas plantadas” convida-nos a pensar no significado da palavra “floresta”. De acordo com o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (Michaelis *Online*), temos a seguinte acepção:

- ✓ floresta (s.f): vegetação cerrada, constituída de árvores de grande porte, que cobre vasta extensão de terra; bosque, mata, selva.

A partir desse significado dificilmente poderíamos fazer a distinção entre floresta nativa ou “implantada” e justamente por isso o termo “florestas plantadas” vem sendo largamente utilizado pelo setor do agronegócio de base florestal – responsável pela produção e comercialização de eucalipto e pinus em território brasileiro.

Nessa mesma direção outros conceitos são apresentados, conforme consta no site oficial do Serviço Florestal Brasileiro<sup>7</sup>:

Cotidianamente, denomina-se "floresta" qualquer vegetação que apresente predominância de indivíduos lenhosos, onde as copas das árvores se tocam formando um dossel. Sinônimos populares para florestas são: mata, mato, bosque, capoeira, selva. Para tratar de florestas no meio acadêmico, científico e governamental, necessita-se de uma definição mais técnica e objetiva, que possibilite a estimativa de área de florestas do país e também atenda a regulamentos e normas, nacionais ou internacionais, que não podem permitir dúvidas de interpretação (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2019, s/p).

É possível observar a ressalva feita pelo próprio órgão, deixando expressa a necessidade de uma definição que não gere dúvidas na compreensão do significado de “floresta”. Todavia, a própria definição apresentada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mantém maior relação com o que foi anteriormente apresentado, isto é, as questões relativas ao uso e ocupação do solo:

---

<sup>7</sup> Ver: <https://snif.florestal.gov.br/pt-br/florestas-e-recursos-florestais/167-definicao-de-floresta>.

Floresta é uma área de no mínimo 0,05-1,0 ha com cobertura de copa (ou densidade equivalente) de mais de 10-30%, com árvores com o potencial de atingir a altura mínima de 2-5 metros na maturidade in situ. Uma floresta pode consistir tanto de formações florestais fechadas (densas), onde árvores de vários estratos e suprimidas cobrem uma alta proporção do solo, quanto de florestas abertas. Povoamentos naturais jovens e todas as plantações que ainda atingirão densidade de 10-30% e uma altura entre 2 e 5 metros são incluídos como floresta, assim como áreas que normalmente fazem parte da área florestal e que estão temporariamente desflorestadas como resultado da intervenção humana, como a colheita ou causas naturais, mas cuja reversão da floresta é esperada (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2019, s/p).

As definições aqui apresentadas pouco exprimem ou se aproximam da complexidade e biodiversidade que constituem os biomas e/ou os ecossistemas brasileiros. Que tal pensarmos na Floresta Amazônica, na Mata Atlântica, ou nas Florestas de Araucárias (presentes no sul do país).

De qualquer maneira, o setor monocultor responsável pela produção de eucalipto e pinus tem sustentado seu discurso de “sustentabilidade” por considerar que tem prestado um importante serviço ambiental por ser responsável pela expansão, cada vez maior, das “florestas plantadas”. Segue abaixo o conteúdo de um dos vídeos divulgados pelo site Minuto Rural<sup>8</sup> (<https://www.minutorural.com.br/>):

A cadeia produtiva das **florestas plantadas** é um setor importante na economia nacional, pois gera emprego, renda e movimenta 6,9% do PIB do Brasil. O plantio que predomina no país é o de Eucalyptus e Pinus. Geralmente as etapas de colheita e transporte florestal representam mais da metade dos custos da madeira colocada em fábrica. **O setor Florestal é preocupado com meio ambiente e as principais empresas mantêm um trabalho rígido para produzir e preservar a natureza.**

Além disso, no *site*, há uma série de chamadas para matérias em que as empresas ou empreendimentos do agronegócio demonstram a relação de suas atividades com as questões relativas à “sustentabilidade” ambiental:

---

<sup>8</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Qes8KIiIXc8>.



## Mais notícias



Câmara dos Deputados

### Comissão de Meio Ambiente premia nesta terça vencedores do Concurso Inovação e Sustentabilidade

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realiza nesta terça-feira (14) a cerimônia de entrega dos prêmios aos vencedores do 1º Co...



SUSTENTABILIDADE

### Projetos de agricultura sustentável vão receber US\$ 1,2 bi do BID

Valor será investido em pequenos negócios e regularização fundiária



Paraná

### Sondagem de mercado da Nova Ferroeste atrai investidores estrangeiros e gigantes nacionais

O Grupo de Trabalho do Plano Estadual Ferroviário dedicou seis dias de reuniões com os investidores na sondagem de mercado da Nova Ferroeste. Ao to...



Santa Catarina

### Comemorações dos 30 anos da Epagri terminam com evento em Videira na próxima segunda

A Estação Experimental da Epagri em Videira realiza na próxima segunda-feira, 6, evento para comemorar os 30 anos de fundação da Epagri e 85 anos d...

Para termos uma noção da abrangência do setor de produção de eucalipto e pínus em nosso país, basta observarmos as informações contidas no *site* da Agência Brasil, na matéria publicada em 06 de outubro de 2021 pela repórter Ana Cristina Campos.

**A área estimada de florestas plantadas no Brasil totalizou, em 2020, 9,3 milhões de hectares**, dos quais 70,6% concentrados nas regiões Sul e Sudeste. As áreas com cobertura de eucalipto corresponderam a 80,2% das florestas plantadas para fins comerciais no país. Enquanto 44,3% das áreas de **eucalipto** concentraram-se na região Sudeste, na região Sul observou-se predominância de florestas de **pínus**, correspondentes a 84,6% do total. (CAMPOS, 2021, p. 01 – grifo nosso).

De tudo que foi dito até o momento, é possível afirmar a existência de um discurso de que o agronegócio, além de gerador de riquezas para o Brasil, tem se articulado em torno da “defesa do meio ambiente”. Resta-nos a seguinte pergunta: riqueza para quem? E de que modo suas práticas, realmente, refletem ações sustentáveis?

Não quero tornar exaustiva a questão relativa ao conceito de “florestas”, mas cabe retomar o que nos diz o Defensor Público do Estado de São Paulo, Wagner Giron de la Torre, em seu artigo *Monocultivos de eucalipto e florestas: conceitos inconciliáveis*:

Embora a conceituação de floresta pela FAO seja mui conveniente para atender aos interesses mercantis das transnacionais que vicejam no setor industrial da produção de *commodities* de celulose, não há, do ponto de vista científico, como aceitar-se que o cultivo de uma única espécie, no caso o eucalipto, com tempo escasso de corte (em média de 6 a 7 anos a partir do cultivo da muda clonada) e que só se desenvolve, de maneira tão espevitada, por conta da incidência de toneladas e toneladas de pesticidas químicos e adubo sintético no solo que a abriga, possa ser aceito como *floresta* (DE LA TORRE, 2013, p. 118).

Desse modo, monocultivo de eucalipto e pínus é incompatível com floresta. Em outras palavras, produção em larga escala, visando, sobretudo, o lucro comercial também

não condiz com sustentabilidade. O autor ainda reforça: “as espécies exóticas implantadas em milhões de hectares contínuos pelo país afora são, no limite, mercadorias direcionadas ao mercado agroexportador” (idem).

Do ponto de vista da Análise do Discurso Ecológica, analisemos o discurso verde (ou de economia verde) em que tem se pautado as empresas de base florestal brasileiras, a partir dos seguintes princípios (ecológicos): (1) defesa incondicional da vida/ luta contra o sofrimento; (2) diversidade; (3) visão de longo (ou sustentabilidade). Tomemos como base, também, os seguintes elementos:

a) Quem enuncia? A esse respeito, temos os diferentes setores que representam o agronegócio brasileiro;

b) Em que contexto se insere esse discurso, isto é, por que ou por quem foi dito? Nesse caso, temos a campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, que teve início em junho de 2016, veiculada pelo Grupo Globo.

c) Quais os impactos ambientais e para a vida humana? Sobre isso, basta observar o paradoxo em que vivemos: o Brasil tem batido recordes em cima de recordes na produção de grãos, ainda assim há uma considerável parcela da população vivendo em situação de extrema pobreza, ou seja, em condição de sofrimento.

Continuemos a discussão a partir da notícia veiculada pela CNN Brasil em 20 de novembro de 2021:

Exportações do agronegócio registraram valor recorde de US\$ 8,84 bilhões para o mês de outubro, impulsionadas pela alta dos preços internacionais das *commodities*. Esse valor é 10% maior do que os US\$ 8,036 bilhões exportados no mesmo período do ano passado. Segundo especialistas do Ministério da Agricultura, os principais destaques do mês foram soja em grão, carne suína e de frango e café (CINI, 2021, p. s/p).

Por outro lado, a notícia do Portal G1, do Grupo Globo, divulgada em 03 de março de 2021 pelo Programa Profissão Repórter nos faz pensar para onde tem se dirigido os lucros advindos do *Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil*:

Segundo números projetados pela FGV, entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza, apesar da volta do Bolsa Família. Em agosto, a população pobre era cerca de 9,5 milhões: 4,52% do total de brasileiros, 210 milhões. Em fevereiro, passou para 27,2 milhões: 12,83% (PROFISSÃO REPÓRTER, 2021, s/p).

A contradição permanece e a mesma fonte que divulga os recordes da produção de alimentos a serem exportados, também anuncia a fome que assola muitos brasileiros.

Então, como um país recordista na produção de grãos, carnes e riquezas naturais pode ter pessoas que passam fome ou vivem em situação de insegurança alimentar?

O ano de 2020 possibilitou o aparecimento de um enigma na sociedade brasileira. Não que esse enigma não existisse na história nacional, mas ele ficou mais evidente: o país bateu recordes de produção agrícola e pecuária, ao passo que os preços dos alimentos subiram de forma avassaladora e a fome voltou a ser uma realidade cotidiana (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 32)

Dito de outro modo, o discurso sustentado pelo agronegócio sobre a Indústria-Riqueza do Brasil contém em sua essência, no mínimo, uma inconsistência. Este não mantém relação com a defesa da vida.

Em relação ao princípio ecológico da diversidade, dificilmente teríamos condições de realizar alguma aproximação das práticas adotadas pelo agronegócio monocultor e este princípio. A base da produção adotada pelos diferentes setores agroexportadores é a do desmatamento, plantio em larga escala com ênfase em produtos primários específicos, a exemplo da soja e do eucalipto.

De acordo com Couto (2012, p. 51) “[...] para haver estabilidade (**homeostase**) no ecossistema, é necessário que haja diversidade de espécies. Sua redução pode causar perturbações que, a médio e longo prazos, podem causar o colapso de todo o sistema”. Nesse sentido, o discurso do agronegócio não se sustenta do ponto de vista da “preocupação” com o meio ambiente. Ao contrário, desconsidera o caráter complexo dos ecossistemas, as inter-relações entre as diferentes formas de vida (e culturas, a despeito das áreas indígenas constantemente afetadas pela expansão desses setores produtivos).

Imbricado nas categorias apresentadas, temos o princípio ecológico da sustentabilidade. Vimos que um dos principais argumentos presentes no discurso verde do agronegócio (de modo específico as empresas de base florestal), é que as “florestas plantadas” devem ser consideradas exemplos de sustentabilidade ambiental.

Além disso, outras matérias/reportagens/vídeos apontaram para o fato de os diferentes setores do agronegócio adotarem cada vez mais um modo de produção que cause menor impacto ao meio ambiente, de tal forma que isso também seria um indicativo de sustentabilidade. Noutra direção, constatamos controvérsias:

O novo padrão de agricultura e pecuária, inaugurado há mais de 70 anos pela alegórica expressão Revolução Verde, imprimiu uma forma de produção fortemente baseada em aplicação de tecnologias mecânicas, fármaco-químicas e biotecnológicas que, ao possibilitar o aumento da produtividade, vem impactando negativamente na saúde humana e ambiental. Contaminações

químicas e biológicas, destruição dos solos, desmatamentos, queimadas, aumento da emissão de gases efeito estufa, redução da biodiversidade, morte de rios e contaminação dos oceanos, imposição de um padrão baseado em consumo alimentar não saudável, mortes decorrentes do uso de agrotóxicos, surgimento de doenças etc. são exemplos de impactos da forma de produção representada pelo Agro (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021, p. 31).

A Análise do Discurso Ecológica tem chamado atenção para o fato de que não podemos pensar apenas nos resultados imediatos, sobretudo, limitados aos ganhos econômicos, principalmente, ao verificarmos que estes não têm ocasionado mudanças significativas nas estruturas sociais.

Sustentável seria aquele crescimento econômico e desenvolvimento social que atendessem às nossas demandas, sem sacrificar o capital natural e que estivesse aberto às demandas das gerações futuras. Elas também têm direito a herdar uma Terra habitável e uma natureza preservada. Mas esse desenvolvimento sustentável é impossível numa sociedade consumista, perdulária e desrespeitadora com a Terra, a natureza e a vida (BOFF, 2012, p. 19).

Por fim, Couto (2012, p. 51) salienta que é necessário ter uma visão englobante e de longo prazo. A partir da Ecologia Profunda, nos diz que “é preciso seguir os passos da natureza, pois ela não tem pressa e suas leis são invioláveis”.

## Referências

BOFF, Leonardo. **As quatro ecologias**: ambiental, política e social, mental e integral. Rio de Janeiro: Mar de Ideias: Animus Anima, 2012.

CAMPOS, Ana Cristina. Florestas plantadas no Brasil somam 9,3 milhões de hectares em 2020. Publicado em 06/10/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/florestas-plantadas-no-brasil-somam-93-milhoes-de-hectares-em-2020>. Acesso em: 16, out, 2021.

COUTO, Hildo Honório do. Análise do discurso ecossistêmica. **Árboles y rizomas**, v.2, n. 2, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/rizomas/article/view/4634/26003658>. Acesso em 13/03/2022.

COUTO, Hildo Honório do. **O Tao da linguagem**: um caminho suave para a redação. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

COUTO, Elza K. N. N. do; FERNANDES, Eliane M. F. **Análise do Discurso Ecológica (ADE)**: Teoria e prática. Brasília: PPGL/IL/UnB, 2021 e.book. Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>. Acesso em 13/03/2022.

CINI, Evandro. Conexão Agro: Agronegócio bate recorde de exportação em outubro. CNN BRASIL. Atualizado 20/11/2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/agronegocio-bate-recorde-de-exportacao-em-outubro/>. Acesso 09/12/2021.

DE LA TORRE, Wagner Giron. Monocultivos de eucalipto e florestas: conceitos inconciliáveis. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS – nº 17 – Ano 10, Maio 2013.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich-Ebert-Stiftung** – agronegócio: um negócio global. Setembro/2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em 09/12/2021.

PROFISSÃO REPÓRTER. Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial. Atualizado em 03/03/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml>. Acesso em 09/12/2021.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; et al. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**, vol. 21, nº 1, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/10910/8460>. Acesso em 09/12/2021. Acesso em 08/12/2021.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Definição de Floresta. Atualização em 23/09/2019. Disponível em: <https://snif.florestal.gov.br/pt-br/florestas-e-recursos-florestais/167-definicao-de-floresta>. Acesso em 09/12/2021.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. Reflexões sobre a perspectiva da política que subjaz à Ecolinguística. In: COUTO, E. K. N. N. do; et al. (Orgs.). **Linguística Ecosistêmica: 10 anos de Ecolinguística no Brasil**. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

## A PRESENÇA DA LINGUÍSTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA PELA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSISTÊMICA

Davi B. Albuquerque  
GEPEL/NELIM

Muitos estudantes, especialmente os mais pobres, percebem intuitivamente o que a escola faz por eles. Ela os escolariza para confundir processo com

substância. Alcançado isto, uma nova lógica entra em jogo: quanto mais longa a escolaridade, melhores os resultados; ou, então, a graduação leva ao sucesso. O aluno é, desse modo, ‘escolarizado’ a confundir ensino com aprendizagem, obtenção de graus com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo. Sua imaginação é ‘escolarizada’ a aceitar serviço em vez de valor.

*Sociedade sem escolas*, Ivan Illich (1926-2002).

Plus ça change, plus c’est la même chose.

*Les Guêpes*, Jean-Baptiste Alphonse Karr (1808-1890)

## Introdução<sup>9</sup>

Sem entrar em querelas a respeito do ensino brasileiro, o que interessa para mim aqui, seguindo o polímata austríaco Ivan Illich, é apenas a distinção entre educação e ensino. Assim, o presente texto foca o ensino ao analisar a presença da teoria linguística em livros didáticos do Ensino Médio (EM), verificando como o discurso (ou discursos) se manifesta nos textos existentes dentro dessas obras.

A teoria e a metodologia utilizadas aqui fazem parte do arcabouço da Análise Ecolinguística do Discurso (ADE) e seus pressupostos podem ser lidos em Couto, Couto e Borges (2015), Couto e Albuquerque (2015a, 2015b), Couto (2020), Silva (2021), entre outros.

Os livros didáticos (LD) analisados são aqueles selecionados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>10</sup>, dos anos 2018-2020. Fiz a leitura de diferentes coleções, totalizando 12 livros, e escolhi uma delas para esta análise, sendo três obras, uma para cada ano do EM, intitulada *Português Contemporâneo: Diálogo, reflexão e uso*.

### 1. O discurso do LD e a teoria linguística

O LD no Brasil, desde seus primórdios, está relacionado e é elaborado de acordo com a política governamental vigente, conforme pode ser observado em obras sobre a história do LD em nosso país, como em Freitag *et al.* (1989). Isso faz com que o LD seja, grosso modo, instável e descontínuo, procurando mais se moldar às decisões momentâneas de algum governo específico e aos documentos oficiais, os quais são constantemente atualizados e/ou modificados. Dessa maneira, percebe-se facilmente que os objetivos e as preocupações iniciais e implícitas não são o ensino, o professor, o aluno e escola, mas sua aprovação pelos órgãos governamentais para a divulgação e venda em massa.

Nos últimos anos, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o advento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), bem como alterações nos currículos estaduais e nos projetos políticos-pedagógicos específicos, a Linguística começou a ganhar algum espaço, ao menos em teoria, no EM. As quatro áreas contempladas nos LDs são: letramento e seus diferentes tipos (multiletramento, letramento digital,

---

<sup>9</sup> Agradeço a alguns colegas ecolinguistas que ofereceram comentários valiosos para o enriquecimento deste trabalho, quando apresentado oralmente numa reunião do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecolinguística (GEPL), sendo eles: Gilberto P. Araújo, Hildo H. Couto, Rui Ramos e Anderson N. Silva.

<sup>10</sup> Tenho consciência de que o LD como objeto de estudo é extremamente complexo, envolve diversos atores, setores, dinâmicas, interações e definições de conceitos e terminologia utilizada. Por isso o tratamento dado neste texto pequeno e introdutório é mais generalista, já que é uma primeira tentativa de aplicar a ADE aos LDs. Um recorte mais específico, bem como uma análise detalhada de alguns aspectos ficarão para trabalhos futuros.

letramento social etc.); estudos dos gêneros textuais/ discursivos; variação linguística; e análise linguística.

As críticas que podem ser feitas nessas mudanças e implantações são as mais variadas, entre elas, professores sem formação linguística necessária; autores dos LDs também sem formação ou com pouca formação em Linguística; autores com pouco conhecimento (às vezes, sem conhecimento algum) da realidade da escola pública brasileira e/ou pouca prática de sala de aula; a Linguística aparece como recortes ou informações desconectadas; as outras áreas da Linguística, ou seja, grande parte dela, não são contempladas; concepção única ou visões equivocadas da Linguística.

No âmbito do discurso dos LDs, há vários estudos realizados, de diferentes componentes curriculares e períodos, seguindo a linha inglesa ou francesa da Análise do Discurso (AD) ou sob uma perspectiva bakhtiniana<sup>11</sup>. Os principais resultados desses estudos revelam que os LDs apresentam/ perpetuam visões, ideologias e comportamentos excludentes (MARQUES; CRUZ, 2020); possuem uma série de prescrições que não oferece espaço para a liberdade, reflexão e prática do professor (CARVALHAES, 2018); os conteúdos de Linguística, apesar de às vezes trabalhados de maneira otimizada, são abordados como uma coisa distinta ou excepcional em relação aos conteúdos tradicionais de gramática (SIGILIANO; SILVA, 2017); os LDs se impõem como uma forma de poder sobre o professor e sua prática pedagógica; contêm posturas e/ou ideologias ora contraditórias ora paradoxais, propondo em certas partes da obra ora assimilações, ora rupturas, ora avanços (como a inserção de conhecimentos linguísticos), ora retrocessos (retornando a formas e conteúdos tradicionais).

## **2. ADE dos LDs de EM**

De acordo com os principais pontos defendidos pela ADE, elencados em Couto (2020) e Silva (2021), consideramos pertinentes para a presente análise os seguintes:

- Abordar as questões pelo lado positivo, não pelo negativo, enfatizando a harmonia e a comunhão;
- Maior valorização do conteúdo do que da forma.

Em menor grau, por ser discutível e de uso metafórico ao tema analisado aqui, a luta contra o sofrimento evitável.

A ADE, com influência da Análise do Discurso Positiva (MARTIN, 2004), procura olhar o mundo pelo lado positivo, de maneira distinta de outras correntes da AD, influenciadas por teorias sociais e marxistas, que enfatizam mais as lutas, os conflitos, as desigualdades etc.

Dessa maneira, numa tentativa de não ser contraditório, apesar das críticas apontadas anteriormente, no âmbito da AD e da análise bakhtiniana, e das que serão feitas a seguir, de acordo com a ADE deve-se encarar os aspectos positivos das mudanças realizadas nos documentos oficiais e nos LDs, bem como a inserção de conhecimentos da Linguística.

As mudanças ocorridas nos documentos oficiais e até mesmo as propostas de modificar a modalidade de Ensino Médio, para Ensino Médio em Tempo Integral e Novo Ensino Médio, podem ser encaradas sob uma ótica de boas intenções por parte das

---

<sup>11</sup> Não inseri aqui informações da materialidade dos discursos, seja dos documentos oficiais, seja dos LDs, tanto por limitações de espaço, como também por receio de incorrer em questões de análise textual ou análise de conteúdo, o que fugiria do escopo deste trabalho. Esses são outros aspectos deste trabalho que ficaram em aberto para uma investigação futura.

autoridades oficiais, visando beneficiar os atores envolvidos nesse processo (corpo docente e discente) por meio da inserção de conteúdos práticos, preocupações com o mercado de trabalho, inserção de novas disciplinas, formação de diferentes incentivos e redes de apoio aos estudantes (tutoria, clubes de atividades, protagonismo estudantil, acolhimento), valorização das inteligências múltiplas (eletivas, itinerários formativos), reformulação de disciplinas, currículo, carga horária, metodologias de ensino e, conseqüentemente, dos LDs.

O mesmo pode ser afirmado para os LDs que, ao inserirem conteúdos da Linguística, principalmente as temáticas de letramento, gêneros textuais/ discursivos, variação linguística e análise linguística, oferecem subsídios aos alunos para pensarem a língua de maneira crítica, refletirem a respeito e sob diversas óticas, abarcando questões sociais, discursivas, dos diferentes registros e modalidades, entre outras características. Isso permite aos alunos reconhecer as normas linguísticas existentes, os gêneros textuais vigentes e saber usá-los de acordo com as necessidades sociodiscursivas, tornando-os, assim, cidadãos aptos a saber pensar e utilizar a língua materna a seu favor nas diferentes situações do cotidiano.

Aqui cabem reflexões como:

- Em que medida é bom para o indivíduo e para a comunidade ‘ensinar’ os jovens a ser bons cidadãos?
- O que seria um bom cidadão?
- E bom para quem? Quem se beneficia disso?

Qualquer profissional tem consciência de que dominar a norma culta<sup>12</sup>, bem como saber empregar a língua nos diferentes registros é fundamental para um bom convívio social e benéfico para o indivíduo, com o intuito dele não ser prejudicado em diferentes situações ou demandas, tampouco ser excluído ou vítima de preconceito. Porém, que tipo de pessoas queremos ‘(in)formar’ na escola? Conforme Illich (1985) chama atenção, seria aquela pessoa preocupada apenas com formalidades, conteúdos e burocratismo, e que quer apenas ser inserida num sistema? Ou queremos pessoas preocupadas com o grupo e que saiba se adaptar, bem como o que apendeu, às diferentes demandas pessoais, sociais e cotidianas?

Importante para esta análise também são os conceitos de ‘comunhão’ e ‘descomunhão’ da ADE (COUTO, 2017). O primeiro trata de uma predisposição para querer interagir com o outro, enquanto no último, apesar de se esperar a comunhão pela presença física, um dos falantes não está presente mentalmente e/ou socialmente; isso ocorre, principalmente, por causa das tecnologias atuais. Assim, há muito o que se fazer ainda em relação ao uso e o impacto das novas tecnologias nos diferentes ecossistemas, bem como nas áreas de educação e ensino. O que destacamos somente é que no processo de ensino da língua portuguesa e do comportamento dos jovens deve-se ter em mente que estes, por meio da tecnologia, estão em descomunhão com os demais membros do ecossistema e com os diferentes ecossistemas. Pode-se afirmar até que os adolescentes estão em descomunhão para o ensino e a interação via a norma estatal, já que as redes sociais e a internet acabam por ter uma variedade própria da língua, o ‘internetês’. Assim, é necessário um equilíbrio entre as novas tecnologias e as técnicas tradicionais, verificar quais objetivos de ensino são mais eficazes no cenário atual e quais competências/habilidades estão de acordo com isso. Porém, isto é uma temática que ultrapassa tanto a

---

<sup>12</sup> Na ADE optamos pelo termo ‘norma estatal’, termo que será empregado adiante, por considerarmos a referência à ‘cultura’ excludente.



ADE, quanto investigações menores, exigindo grupos, publicações e políticas em larga escala.

Enquanto a ADE busca maior valorização do conteúdo do que da forma, os autores de LDs fazem exatamente o contrário ao valorizar mais as formas do que os conteúdos. Isso se dá por dois motivos:

- Conteúdos adaptados ao professor e aos estudantes;
- Várias formas (métodos e técnicas de ensino) para o mesmo conteúdo.

Apesar da característica dos conteúdos serem adaptados nos LDs para o professor ensinar aos alunos, sua adaptação e acessibilidade em excesso aos estudantes podem parecer aparentemente benéficos. A partir de nossa experiência em sala de aula, analisamos isso como um benefício somente superficial e em curto prazo, já que não há uma preocupação com o conteúdo especificamente, mas apenas com transmitir algo ao aluno, não ensinando o conteúdo propriamente dito, tampouco preparando-o para o mercado de trabalho ou para as práticas em que tais conteúdos precisarão ser aplicados na vida, ou seja, é uma redução do sofrimento em curto prazo, mas que causará um sofrimento muito maior em longo prazo.

Uma preocupação mais com a forma do que com o conteúdo torna todo o processo de ensino, e também as informações, artificiais e distantes da realidade do cotidiano das comunidades escolares ao alterá-los para os professores e alunos<sup>13</sup>. Contudo, ao analisar com cuidado, não se deixa de perceber uma preocupação simultânea com conteúdo e forma ao procurar modificá-los para facilitar o acesso, mas, simultaneamente, não alterar a temática a qual esses conteúdos fazem parte e/ou se relacionam, contemplando o processo de ensino, por parte do professor, e de aprendizagem, por parte dos alunos.

Do ponto de vista dos objetivos pedagógicos é que se torna positivo os LDs apresentarem os mesmos conteúdos de diversas formas, oferecendo ao professor diferentes maneiras de ensinar e, ao aluno, várias formas para aprender, de acordo com seu ritmo e aptidões.

Finalmente, uma das principais bases da ADE, a luta contra o sofrimento evitável, pode apresentar na análise dos LDs duas interpretações distintas e que podem ser polêmicas, são elas:

1. As mudanças nas políticas e documentos oficiais causaram alterações nos currículos, conteúdos, abordagens e métodos de ensino e nos LDs com o objetivo de diminuir o sofrimento imediato que ocorria na aprendizagem no ensino tradicional, mas tais mudanças podem causar sofrimento futuro<sup>14</sup>;

---

<sup>13</sup> Encontramos obras com referências a cinema, música, quadrinhos, artes, teatro, museus etc. tanto brasileiros, quanto estrangeiros; a viagens, passeios, excursões; ao uso de aplicativos para produzir e editar vídeos etc. Pensando isso por uma ótica positiva, é possível salientar a preocupação com acessibilidade e inclusão por parte dos autores, porém é muito difícil ensinar/ falar dessas coisas em sala de aula quando a realidade de grande parte do alunado brasileiro não tem acesso a luz elétrica, água potável, alimentação, saneamento básico, entre outros.

<sup>14</sup> Entre os sofrimentos futuros estão o que vemos na atual realidade do Brasil: alunos que terminam o Ensino Médio e não apresentam condições de ingressar em uma instituição de Ensino Superior, no mercado de trabalho, tampouco estão aptos para realizar funções básicas dentro da comunidade a que pertencem (interagir com as pessoas, ajudar a família ou em casa, obter documentos etc.); estudantes no Ensino Superior despreparados, já que segundo uma pesquisa do INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional) apenas 22% dos universitários são alfabetizados (SKODOWSKI, 2018); graduados e demais profissionais desempregados ou afastados de suas áreas.

2. O ensino tradicional traz sofrimentos apenas imediatos, porém apresenta maiores recompensas futuras aos alunos, evitando, assim, o sofrimento em fases posteriores da vida<sup>15</sup>.

Minha solução aqui, bem como em minha prática como professor, não é defender lado algum, mas procurar um equilíbrio entre as duas interpretações apontadas anteriormente, visando reduzir o sofrimento evitável no início, durante e após o término do processo. A maneira que encontrei é um misto entre as propostas de Couto (2012), que fala da ‘comunicação harmoniosa’ e dum ‘caminho suave para a redação’, e dos métodos e técnicas de ensino de Português Língua Não Materna (PLNM)<sup>16</sup>, que vêm se mostrando muito mais tolerantes, inclusivos e preocupados com o bem-estar dos aprendizes durante os cursos, em suas respectivas vidas, após o término dos cursos, e sobre o que fazer com a língua portuguesa que foi ensinada-aprendida.

Essa minha solução híbrida é um equilíbrio entre o tradicional e as inovações, procurando ensinar a norma estatal mas numa maneira agradável, divertida e não excludente; mantendo os papéis de professor e dos alunos, mas abrindo um momento de reflexão, debate e (re)significação deles; inserindo, em algumas ocasiões, um espaço para o conhecimento linguístico (oralidade, letramento, variação linguística, normas vernáculas) e extralinguístico (atualidades, modismos, internet, aplicativos, redes sociais) dos alunos.

Em outras palavras, busco tornar o processo de ensino positivo, bem como ensino o aluno a gostar de aprender e fazer isso também por conta própria, preocupando-me, ainda, na senda de Illich (1985), com orientá-los para a vida, por meio de informações e conselhos a respeito da realidade do mundo, dos direitos e deveres como cidadãos, das demandas sociais, das mais variadas carreiras, ocupações e preocupações, do ensino superior e do mercado de trabalho.

### **‘Muda, muda, mas permanece igual’ – Algumas considerações finais**

O ensino brasileiro já apresentava uma série de problemas e falhas, e, com as demandas atuais, tornou-se ainda mais obsoleto e problemático. As políticas, legislações e documentos oficiais educacionais mudam constantemente tentando se atualizar e resolver tais problemas, porém acabam por criar instabilidade e descontinuar práticas anteriores, exigindo renovações contínuas dos atores envolvidos, gerando mais problemas adicionados aos existentes não resolvidos.

Neste trabalho analisei à luz da ADE os LDs por meio da abordagem de observar o lado positivo, da valorização do conteúdo e do impedimento do sofrimento evitável. Assim, observei que as mudanças podem ser vistas com intenções e como coisas boas que, ao menos em longo prazo, poderão ter um impacto benéfico no sistema de ensino e nos alunos, ao passo que os LDs têm preocupação excessiva com a forma que está relacionada ao seu objetivo pedagógico, mas, ao mesmo tempo, não deixa de ter ligação com o conteúdo. Finalmente, enquanto as decisões *top-down* ainda consistem em mudanças que ‘não saem do lugar’ (ou como no famoso epigrama do literato francês Karr

---

<sup>15</sup> Apesar de aparentemente ser polêmico, considero o ensino tradicional mais válido por uma série de fatores, entre eles: prepara o aluno para a vida em família, em sociedade e para o mercado de trabalho; leva em consideração o mérito dentro das próprias instituições de ensino, possibilitando a melhoria da vida dos alunos e de suas famílias por meio de seu desempenho; a exclusão a qual o ensino tradicional é acusado injustamente se dava simplesmente devido ao rendimento ruim de alguns estudantes.

<sup>16</sup> As referências sobre métodos e técnicas de ensino, bem como de materiais, unidades, atividades e tarefas didáticas em PLNM são vastas e não caberia aqui as citar.

segundo o qual tudo muda, mas continua a mesma coisa), como solução para o sofrimento evitável no ensino, apresentei uma proposta de minha prática docente que busca um equilíbrio entre aspectos tradicionais e inovadores do ensino, procurando o bem-estar imediato e futuro dos estudantes.

## Referências

- CARVALHAES, W. O manual do professor de um livro didático de português: uma abordagem discursiva. *Revista Odisseia*, v. 3, n. 1, p. 132-150, 2018.
- COUTO, E. K. N.; ALBUQUERQUE, D. (eds.). *Linguística ecossistêmica e Análise do discurso ecológica*. Brasília: Thesaurus, 2015a.
- COUTO, E. K. N.; ALBUQUERQUE, D. Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico-metodológica. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 23, p. 485-509, 2015b.
- COUTO, E. K. N.; COUTO, H.; BORGES, L. *Análise do Discurso Ecológica – ADE*. Campinas: Pontes, 2015.
- COUTO, H. *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.
- COUTO, H. *Comunhão*, 2017. Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2017/12/comunhao.html>. Acesso em: 28/02/2022.
- COUTO, H. Análise do discurso ecossistêmica. *Árboles y rizomas*, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2020.
- FREITAG, B. et al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.
- HUFF, L. *O discurso das orientações didático-pedagógicas em livros didáticos de língua portuguesa: em torno da prática de análise linguística*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escola*. trad. Lúcia M. E. Orth. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARQUES, J.; CRUZ, M. Ideologias linguísticas e material didático. *Cadernos de Educação Básica*, v. 5, n. 2, p. 207-222, 2020.
- MARTIN, J. Positive discourse analysis: Power, solidarity, and change. *Revista canaria de estudios ingleses*, v.49, p.179-200, 2004.
- SIGILIANO, N.; SILVA, W. Diagnóstico de propostas de análise linguística em livros didáticos aprovados em programa oficial. In: MAGALHÃES, T.; GARCIA-REIS, A.; FERREIRA, H. (Org.). *Concepção discursiva de linguagem: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes, 2017. p. 19-40.
- SILVA, M. Um estudo do discurso do ex-capitão Jair Messias Bolsonaro pela Análise do Discurso Ecológica. *ECO-REBEL* v. 7. N. 1, 2021.
- SKODOWSKI, T. Universidade: só 1/5 dos brasileiros chegam plenamente alfabetizados. *R7*, São Paulo, 20/07/2018, Brasil. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/universidade-so-15-dos-brasileiros-chegam-plenamente-alfabetizados-20072018>. Acesso em 28/02/2022.

# A VULNERABILIDADE COMUNICATIVA EM AUDIÊNCIAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOLÓGICA

Tadeu Luciano Siqueira Andrade<sup>17</sup>

## Introdução

Nas relações de consumo, sobretudo as reguladas pelo Direito do Consumidor tanto no aspecto material quanto na processual, há sempre um sujeito que se apresenta em um estado de vulnerabilidade, seja por não dominar os mecanismos e as técnicas de produção, seja por questões que tratam do acesso à justiça. Essa vulnerabilidade é influenciada por questões sociais, políticas, culturais econômicas.

Diante dessa situação, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) reconheceu a vulnerabilidade como o princípio basilar das relações consumeristas, e a doutrina apresenta várias espécies de vulnerabilidade, por exemplo, psicológica, social, fática, jurídica, ambiental e outras. Todas essas vulnerabilidades influenciam em uma espécie de vulnerabilidade, que é a **comunicativa**. Destacamos que as demais vulnerabilidades agravam a comunicação entre o cidadão comum e o Poder Judiciário.

Apesar das diversas vulnerabilidades reconhecidas pelo Direito, para este artigo interessa a vulnerabilidade comunicativa, por a comunicação ser o objetivo de qualquer interação no contexto forense e manter uma correlação com os fundamentos da Análise do Discurso Ecológica (ADE), proposta deste ensaio.

O presente artigo pretende apresentar diálogos possíveis entre a ADE e o Direito processual, com algumas incursões na Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ), principalmente no que se refere à audiência como um evento interativo. Do ponto de vista estrutural, o texto está dividido em três seções. Na primeira, focaremos a vulnerabilidade comunicativa à luz do Direito do Consumidor tanto no aspecto legal quanto doutrinário. Na segunda, analisaremos uma audiência parte de um processo oriundo de uma relação de consumo e apresentaremos uma proposta de interação entre o Discurso jurídico e a ADE. Em seguida, faremos as considerações finais. Fundamentaremos nossas argumentações em Alves (2010), Capra e Mattei (2018), Colares (2016) Couto et al (2015), Couto (2014), Sousa Júnior (2009), Sousa Santos (2014), Sudatti (2007) e outros.

A ADE, também denominada de Análise do Discurso Ecológica, visa a mostrar análises diferentes dos discursos e língua/linguagem em uma perspectiva ecológica. A ADE não toma os conceitos da ecologia biológica e os adota nos estudos acerca da linguagem. Pelo contrário, a ADE é parte da macroecologia, em condição de igualdade com a ecologia biológica. Por isso, os conceitos centrais da Linguística Ecológica (LE) são exatamente os mesmos da ecologia biológica, como população, território e interações, define Couto (2014).

Para haver uma língua, é necessária a coexistência de pessoas que, convivendo e vivendo em um determinado espaço, interagem mediante a linguagem. A interação se dá graças a dois processos: a referência e a comunicação. O primeiro é responsável pelo ato de nomear as coisas que fazem parte do universo biossocial, e o segundo possibilita a interação entre os sujeitos e o mundo que os rodeia. Daí os três elementos que se inter-relacionam e formam o tripé da LE: O Povo (P), a Língua (L) e o Território (T). Não existe língua sem falantes que a usam em situações concretas de

---

<sup>17</sup> Professor da rede pública do Estado da Bahia e da Universidade do Estado da Bahia – Campus IV, atuando no Colegiado de Direito, licenciado em Letras, bacharel em Direito, especialista em Português Jurídico, Direito do Consumidor, mestre e doutor em Linguística.

interação em um determinado espaço. Povo é a população de organismos, o meio ambiente é o Território onde acontecem as interações que são a própria língua.

Ao analisar os discursos não leva em conta apenas o binômio poder/ideologia, mas também os discursos contextualizados, considerando os interlocutores, o contexto físico-mental e social das interações, as regras interacionais e sistêmicas que organizam as interações, assunto a ser tratado e as circunstâncias. Enfim, A ADE leva em conta o ecossistema social, mental e natural, partindo “da ecologia da interação comunicativa como um todo, não apenas do produto dessa interação” (COUTO, 2014, p. 39). No entanto se estriba fundamentalmente em duas bases: a defesa da vida e a luta contra o sofrimento inevitável.

Quando analisamos o discurso em uma perspectiva ecológica, preocupamo-nos com a defesa da vida, adotando uma ideologia da vida e reconhecendo tudo o que diz respeito à existência humana. A ADE defende os seres vivos, pois o homem não tem mais direitos à vida do que nenhum outro ser vivo. O mundo não existe apenas para a humanidade. Esta é apenas uma espécie entre tantas que habitam e coabitam o meio ambiente, segundo Couto et. al (2015). Segundo Andrade (2021), os fundamentos da ADE estão vinculados à ecologia profunda, cuja visão não exclui os seres humanos de qualquer outro ser do meio ambiente, vê o mundo não como um complexo de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos em que todos estão interconectados e interdependentes, constituindo uma teia.

Silva (2021) elenca cinco propriedades importantes defendidas pela ADE: i) defesa incondicional da vida; ii) luta contra o sofrimento evitável; iii) abordagens de questões pelo ângulo positivo, destacando a harmonia e a comunhão; iv) intervenção nas questões de defesa da vida a fim de evitar o sofrimento e v) valorização mais do conteúdo do que da forma. A primeira e segunda propriedades se relacionam com o Direito, haja vista:

- a) A dignidade da pessoa humana, princípio base do Estado Democrático de Direito positivado no Artigo 1º, III da Constituição Federal de 1988;
- b) O Direito ambiental que, na perspectiva atual, protege toda a humanidade, a Terra e o universo (SUDATTI, 2007);
- c) A política nacional das relações de consumo que visa ao atendimento das necessidades do consumidor, respeitando a sua dignidade, saúde e segurança, à proteção de seus interesses econômicos, à melhoria da sua qualidade de vida, como também a transparência e harmonia nas relações de consumo, sobretudo o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor.

## **1. A vulnerabilidade comunicativa nos contextos forenses: Contribuições da Análise do Discurso Ecológica**

Estar presente nos contextos forenses, sobretudo o cidadão comum que não convive com a norma jurídica, implica enfrentar obstáculos diversos, principalmente tratando-se da comunicação. Por essa razão, o CDC elegeu o princípio da vulnerabilidade como uma norma base das relações jurídico-consumeristas. Retira-se desse princípio uma presunção legal de que qualquer consumidor seja rico ou pobre, analfabeto ou pós-doutor é vulnerável. Assim defendem Marques e Miragem (2014). Em uma relação desse tipo, segundo a doutrina, o consumidor sempre se encontra em uma posição de vulnerabilidade seja técnica, judicial, ambiental, política, neuropsicológica, econômica ou ambiental. Todas essas vulnerabilidades impossibilitam o cidadão comum de interagir em qualquer momento da relação de consumo, por exemplo, um cidadão comum jamais poderá

dialogar simetricamente com o fornecedor de produtos químicos usados na lavoura, uma vez que desconhece os termos técnicos do contrato; um analfabeto, por não ter conhecimentos jurídico-contratuais e linguísticos, não contestará um contrato nem interagirá em uma audiência, uma vez que a interação nos contextos forenses se dá basicamente entre os juristas e é permeada de termos técnicos.

Estamos falando da **vulnerabilidade comunicativa**, haja vista a linguagem jurídica, com seu hermetismo, expressões latinas e erudição, ser fundamental para o domínio da técnica jurídico-processual e estabelecer relações de poder. A incompreensão dessa linguagem por parte do leigo em matéria jurídica possibilita a manutenção das desigualdades e o não acesso à justiça. Como sabemos, a linguagem tem um papel imprescindível na construção das relações de poder. A audiência é um momento processual interativo e dialético em que os sujeitos envolvidos na demanda apresentam suas razões acerca das questões submetidas ao Estado-Juiz que dirá o direito, considerado como a *boca da lei*; sua função é jurisdicional, aplicar, dizer ou declarar o direito, conforme afirma Struchiner (2002).

Por muito tempo, perdura no mundo jurídico o brocardo “Dê-me os fatos que dou o direito”, e o papel do juiz é declarar o direito fundamentado nos fatos a ele trazidos, como se existisse uma relação biunívoca fato-direito. No entanto, o juiz não pode ficar adstrito apenas ao que lhe é trazido sem fazer uma interpretação dos fatos como um conjunto de práticas sociais e linguísticas. É necessário fazer uma hermenêutica endoprocessual, na qual sejam analisados os fatos inter-relacionados com o mundo e as circunstâncias em que ocorreram. A hermenêutica parte do contexto do processo para os fatos externos à relação jurídico-processual a fim de compreender o todo da situação fática (COLARES, 2016).

Nesse contexto destaca-se a importância da Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ) que se fundamenta na abordagem das relações específicas, internas e recíprocas entre linguagem, direito e sociedade, uma vez que os textos produzidos socialmente em eventos do Poder Judiciário resultam de uma estrutura social da linguagem que os consome e os faz circular, como defende Colares (2016). Nesse aspecto a ADE tem relação com a ACDJ, pois esta analisa todo o contexto da interação.

A ACDJ empreende uma hermenêutica endoprocessual para compreender a semiose das decisões judiciais. O desafio dessa hermenêutica, segundo Colares (2016), é dar conta de teorias e métodos interpretativos de dois domínios em contato: O Direito e a linguagem em uma perspectiva transdisciplinar no discurso jurídico. A ACDJ converge em alguns pontos com a ADE, por exemplo:

- a) Ambas se interessam por questões de ordem linguístico-discursivas. Nas ciências sociais da linguagem, não cabe conceber os fenômenos linguísticos e semióticos descontextualizados das práticas socioculturais, conforme defende Colares (2016);
- b) Tanto a ACDJ quanto a ADE analisam fenômenos linguísticos em uma perspectiva transdisciplinar. O discurso jurídico deve ser analisado em uma perspectiva trans- e multidisciplinar, semelhante à ADE que é multimetodológica.
- c) A ACDJ e a ADE focalizam seus estudos nas interações comunicativas, não nos discursos em si mesmos, mas como um produto da interação comunicativa que é o cerne da língua (COUTO et al, 2015). Para a ACDJ, o discurso jurídico materializa as práticas sociais de uma tradição mediante produção de textos orais ou escritos, segundo Colares (2016).

Diante desses breves comentários, chegamos à conclusão de que é possível um diálogo da ADE com os estudos acerca do discurso jurídico, sobretudo no que se refere à vulnerabilidade comunicativa. A seguir, apresentamos uma análise de uma audiência no Juizado de Defesa do Consumidor na perspectiva da ADE. Apesar de o processo ser público, omitimos os nomes dos sujeitos da relação processual.

## **2. O celular e o carpinteiro: Uma análise à luz da ADE**

O processo trata de uma relação jurídico-consumerista, tendo como objeto um celular adquirido por um carpinteiro, leigo em matéria de Direito e de tecnologia, mediante uma compra em uma loja na cidade de Conceição do Coité – BA. O aparelho, com apenas dois meses de uso, apresentou um vício, ficou impossibilitado de efetuar ligações. O carpinteiro dirigiu-se à loja onde efetuou a compra para resolver o problema. O gerente encaminhou o celular à assistência técnica. Dias após o retorno da assistência, o aparelho apresentou o mesmo vício. Diante dos fatos, o carpinteiro ajuizou uma Ação, Processo nº 0737/2005, tramitado no Juizado Especial Cível de Defesa do Consumidor da comarca da referida cidade.

Na audiência de conciliação, houve a tentativa de acordo, mas os advogados das empresas-ré e os prepostos não aceitaram a proposta do reclamante que postulava apenas a devolução da quantia paga pelo aparelho. Frustrada a conciliação, o juiz determinou a audiência de Instrução e julgamento, que consiste na produção de provas para fundamentar a decisão da demanda.

### **2.1. A batalha jurislinguístico-discursiva: “a sorte está lançada”**

Na audiência de julgamento, travou-se uma verdadeira “batalha” nos planos discursivos argumentativos. Neste momento, os prepostos das empresas-ré e advogados apresentaram argumentos incompatíveis com a situação, pois o autor da ação estava desassistido por advogado. No polo passivo, figurou o preposto da loja que, na contestação, apresentara 7 laudas sem documentos anexos, e o preposto da empresa responsável pela assistência técnica. Após a sustentação oral, entregou a contestação em 10 laudas e requereu a juntada de documentos. No polo ativo, atuou o carpinteiro que juntara aos autos, o celular, os acessórios, inclusive o *chip* e reiterou o que havia pleiteado na conciliação, ou seja, a restituição do valor pago pelo aparelho. Em todos os momentos da audiência, o carpinteiro sentia-se um aprisionado em um mundo diferente, pois

ingressar em juízo significa também sujeitar-se a adentrar por um ambiente temido pelo poder de mudar destinos, incompreensível na sua lógica de funcionamento fortemente apoiada no uso de um vocabulário e de uma linguagem impenetrável, repleto de formalismos e rituais desconhecidos do senso comum. Um espaço em que elementos arquitetônicos, a vestimenta, os gestos, as posturas dos que lá circulam reforçam hierarquias sociais, criando um ambiente pouco acolhedor (FULLIN, 2013, p. 223).

A situação em análise possibilitou ao consumidor um agravamento na sua vulnerabilidade comunicativa tanto pelo fato de estar em juízo como também por não compreender o fetiche jurislinguístico dos advogados e prepostos. Do ponto de vista semântico-lexical, elencamos diversos termos no processo que poderiam ser proferidos no sentido social e compartilhados pelo carpinteiro como integrante de uma comunidade de fala, conforme defendem Bang & Døør (2016). Termos empregados no processo e na audiência, a exemplo de *umidade excessiva*, *oxidação da placa*, *intrincada prova técnica*, *legitimatío ad causam (titularidade ativa ou passiva de um direito)*, *Allegatio et non probatio quasi non allegatio* (alegar e não provar é quase não alegar), *incompetência absoluta do JEC*, *preliminares processuais* criaram uma barreira linguística e impediram

a manifestação de vontade do sujeito que, nesse caso, não era interlocutor porque não estava interagindo, apenas ouvia.

Durante a audiência e considerando os autos processuais, constatamos um sofrimento **físico**, levando em conta o olhar, a tristeza do carpinteiro, um sofrimento **mental**, haja vista o assédio linguístico e necessidade de o carpinteiro interagir e defender seus direitos, um sofrimento **social**, referindo-se à opressão por que passou o carpinteiro. O argumento do juiz sintetiza esses sofrimentos:

Durante toda a audiência, o autor fez um esforço enorme para saber o que se passava e não se cansava de perguntar ao juiz o que significava cada ato processual, visto que estava desacompanhado de advogado e as empresas acionadas estavam representadas por prepostos e advogados. Com muita paciência, fui explicando ao autor o significado de cada palavra e as fases processuais de uma ação daquela natureza em Juizado de Defesa do Consumidor, ou seja, traduzindo o “juridiquês” para uma linguagem que pudesse ser entendida por um carpinteiro. No final, senti necessidade de proferir uma sentença com linguagem que o autor, homem simples e de pouca leitura, pudesse ler e compreender (NEIVA, 2006).

O carpinteiro sentiu-se em um mundo distante de sua realidade sociocultural, política e econômica.

## 2.2. O desfecho da demanda: O juiz fala a língua do carpinteiro

Na sentença, o juiz fez um caminho inverso. Saiu do nível técnico, possibilitou a interação, usando uma linguagem acessível e compatível com a realidade linguística do carpinteiro a fim de que ele pudesse entender os atos praticados na audiência. Na verdade, o juiz fez uma adaptação mútua, uma das regras interacionais defendidas pela Linguística ecossistêmica. Para que uma sentença cumpra seus fins, deve estar atenta à necessidade comunicativa de seu destinatário, que é o jurisdicionado. Uma decisão proferida por alguém posicionado acima e distante do cidadão comum já acarreta temor, principalmente quando a linguagem não é entendida porque, quanto mais distante for a linguagem, mais esotérica se torna para quem não a domina em situações concretas de interação, define Sousa Santos (2014).

O juiz empregou o sentido social dos termos jurídicos, o sentido comum das palavras usado pela comunidade de fala. A frase *Vou direto ao assunto* logo no início da sentença mostra a preocupação do magistrado em garantir o acesso à justiça por meio de um discurso mais informal e compatível com o seu interlocutor.

Apresentamos alguns trechos da sentença que evidenciam essa comunicação. Os destaques são nossos:

Está certo xxxxxxx: O Juizado Especial Cível serve exatamente para resolver problemas como o seu. Não é o caso de prova técnica: o telefone foi apresentado ainda na caixa, sem um pequeno arranhão e não funciona. Isto é o bastante! Também não pode dizer que xxxxxxx não tomou a providência correta, pois procurou a loja e encaminhou o telefone à assistência técnica. Alegou e provou!

Além de tudo, não fizeram prova de que o telefone funciona ou de que Seu xxxxx tivesse usado o aparelho como ferramenta de sua marcenaria. Se é feito para falar, tem que falar!

Por último, Seu xxxxxx os Doutores advogados vão dizer que o Juiz decidiu "extra petita", quer dizer, mais do que o Senhor pediu e também que a decisão não preenche os requisitos legais. Não se incomode. Na verdade, para ser mais justa, deveria também condenar na indenização pelo dano moral, quer dizer, a vergonha



que o senhor sentiu, e no lucro cessante, quer dizer, pagar o que o Senhor deixou de ganhar.

No mais, é uma sentença para ser lida e entendida por um marceneiro (BAHIA, 2006, p. 62-63).

Para cada termo técnico, o magistrado apresentou seu sentido na língua cotidiana. Considerando esses dados, concluímos que o juiz e o carpinteiro falaram a mesma língua, haja vista o magistrado ter proferido enunciados compreensíveis e acessíveis ao destinatário da sentença, no caso em tela, o carpinteiro. Como houve o compartilhamento de informação, a linguagem cumpriu sua função social, que é a própria interação.

O mundo real do Direito é constituído por discursos diversos. Na audiência, predomina o discurso dialógico. Nesse evento, os sujeitos da relação processual têm a oportunidade de dialogar, conciliar e apresentar fatos relevantes para a resolução da demanda. Por ser uma interação fundamentada em um contexto de conflito gerado por um desequilíbrio, a audiência visa a uma ação reparadora.

[...] é um gênero particularmente propenso ao surgimento de um conflito, é um gênero que envolve sempre duas (ou mais vozes) com objetivos antagônicos, sendo que a radicalização de posições acabará por gerar antagonismo, agressividade, e invariavelmente, atos de discurso descorteses. (CARAPINHA, 2016, p. 71).

A ADE analisa os fenômenos linguísticos em uma visão holística, considerando o discurso e todo o seu entorno. A ACDJ dá ênfase a todo o contexto jurídico, linguístico e social onde o discurso se materializa. Por isso, os fundamentos da ADE podem ser aplicados ao Direito, sobretudo quando se trata do reconhecimento dos direitos dos vulneráveis, possibilitando-lhes o acesso à justiça a partir de três aspectos inter-relacionados: interação, discurso e defesa da vida.

**a) Interação:** no discurso jurídico, entrecruzam-se aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. O jurista que interpretar uma norma independente, sem levar em conta os aspectos contextuais, históricos e sociais da incidência dessa norma, será um péssimo jurista (ALVES, 2010). Para alguns juristas, o ponto de referência do Direito está no interior do próprio sistema jurídico, não sendo possível sair de si mesmo para focar algo que não é de sua natureza. Essa visão mecanicista e reducionista não pode prevalecer em uma sociedade onde tudo está interligado.

Capra & Mattei (2018) sintetizam as bases teóricas de uma ecologia jurídica a partir de quatro pontos interconectados: i) a realidade social composta de redes e comunidades; ii) o ordenamento jurídico-ecológico definido por sujeitos coletivos de direitos que têm como meta a proteção do bem comum na perspectiva dos direitos humanos; iii) o Direito nascido nos movimentos sociais e constituído por cidadãos que, vivendo em comunidades, organizam e definem suas práticas sociais; iv) o Direito definido como o que as comunidades consideram e depende das interpretações humanas a partir da realidade social. Essas bases ajudam na construção de um discurso em sintonia com a ADE.

Na audiência, surgem discursos diversos que levam em conta a função social do enunciatador no processo, os objetivos, as circunstâncias discursivas e o interlocutor. Por isso, não deve ser vista somente como um espaço processual, mas também um espaço que abriga três ecossistemas: o **ecossistema natural** que compreende o ambiente físico onde ocorrem as interações; o **ecossistema mental** responsável pela organização argumentativa e discursiva com base nas interações mentais (COUTO, 2015) e o

**ecossistema social** que envolve todos os sujeitos da relação jurídico-processual. Do ponto de vista da ADE, definimos a audiência como um ecossistema jurídico que comporta os três ecossistemas citados.

**b) Discurso:** a ADE enfatiza os discursos nas realidades interior e exterior, não se limita às questões de relações de poder e ideologia. Segundo Couto (2015), parte do próprio processo de produção do discurso, ou seja, a interação comunicativa. O discurso jurídico apresenta estrutura rígida e não dialoga com o interlocutor. No entanto, o juiz da causa analisada fez o contrário, usando uma linguagem simples e acessível ao jurisdicionado para que este conhecesse que o realmente estava ocorrendo naquela interação.

A dimensão das palavras ganha importância nuclear no processo de significação de mundo. Para Alves (2010), não se pode reconhecer a linguagem como um depósito de significação acabada como se fosse único em todas as circunstâncias.

Para a ADE, o sentido das palavras é construído no discurso. Trata-se do significado social compartilhado pelos integrantes de uma comunidade de fala, conforme definem Bang & Døør (2016). *O uso de um item lexical por um grupo de falantes pode implicar o surgimento de outros sentidos, por exemplo, o sentido jurídico dos verbos ocupar e invadir, no caso dos sem-terra. No julgamento do Habeas Corpus nº 4399 – TJ-SP, Registro nº 96/0008845-4, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu não haver invasão quando a propriedade não está exercendo a sua função social, mas, sim, ocupação. Em um texto publicado neste Boletim, Couto faz alusão a essas duas palavras.*

Essa decisão não tem amparo na semântica dos verbos, mas nos movimentos sociais, sobretudo na luta pelo direito à terra que se dá nos campos ideológico, social e histórico. O sentido de qualquer fenômeno na *práxis* social é dialeticamente determinado pelo contexto, haja vista os aspectos ideológico (o sujeito), sociológico (coletividade) e biológico (o meio ambiente natural). O espaço onde ocorre a comunicação não pode ser reduzido a um ambiente morto privado das condições imprescindíveis à significação.

Na audiência, os significados devem ser acessíveis e construídos em uma visão sociodiscursiva que favoreça a comunicação. Assim fez o juiz que, na visão da ADE, ao prolatar a sentença, usou termos conforme a competência jurislinguística do carpinteiro.

**c) Defesa da vida:** para praticar a ADE, é necessário mudar a visão de mundo, olhar para ele partindo de outra perspectiva: da ênfase nas relações de poder para a ênfase na defesa da vida na Terra e na luta contra tudo que possibilita sofrimento, segundo Couto (2015). O Direito, em uma perspectiva ecológica, objetiva a promoção do bem comum e a resolução de conflitos de forma equânime, evitando danos ao homem e ao meio em que se encontra, pois o bem estar não é apenas social, mas também sociocósmico, como defende Boff (2005). S

Sabemos que nas relações jurídicas ocorrem danos de ordem natural, mental e social que destroem a vida e o universo. No Direito, a defesa da vida está presente desde a Carta Constitucional de 1988 com o princípio da dignidade da pessoa humana. Está explícito, nesse princípio, o direito à vida, de onde emanam os direitos fundamentais, individuais, sociais e difusos, pois, sem vida, não que há se falar em direitos. A vida recebe tutela tanto no Direito Civil quanto no Penal que a considera como um bem jurídico que deve ser tutelada pelo Estado. Nesse ponto, o Direito compartilha os fundamentos da ADE.

## Considerações finais

A ADE, como já vimos, considera a vida como a fonte de tudo porque sem a vida não haveria língua nem sociedade, uma vez que a língua existe nos falantes que a usam, e a sociedade existe porque há os seres que a compõem. Esse novo ramo da Linguística Ecológica não colocou o homem como o centro de tudo, mas substituiu o antropocentrismo exacerbado pelo biocentrismo, dando sentido à vida humana, não à singularidade do sujeito, mas às intersubjetividades em uma perspectiva coletiva em favor de um planeta Terra mais harmonioso.

Este estudo, embora ainda incipiente, fez uma interface do Direito com a ADE e propiciou algumas reflexões acerca da vulnerabilidade comunicativa nos contextos forenses, principalmente nas audiências como um lugar onde as decisões estão fundamentadas em um conhecimento complexo e inacessível ao cidadão que nem sempre participa da interação.

Concluimos o artigo, não a temática, haja vista a ADE ser um campo a ser desbravado nos estudos jurídicos. Finalmente, podemos elencar alguns resultados prévios:

- a. Visão crítica, holística e transdisciplinar do discurso jurídico antes construído tão somente com base na norma positivada;
- b. Análise do discurso jurídico em uma perspectiva crítica da ACDJ, reunindo fundamentos de outras áreas fora do âmbito do Direito;
- c. Discussão acerca do princípio da dignidade humana integrada à defesa da vida proposta pela ADE;
- d. Visão ecológica do Direito para que este esteja a serviço do bem comum da humanidade e todo o seu entorno, não do Estado. Nessa visão ecológica destacamos o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana que consiste na valorização da vida.
- e. Mudança de visão acerca da audiência, que passa a ser vista como um espaço discursivo-dialógico e voltado para a busca de uma solução jurídica dos fatos suscitados pelos sujeitos de direitos;
- f. Emprego de termos menos técnicos, e mais informais, compreensíveis e acessíveis ao jurisdicionado para que este possa se sentir sujeito de direito.
- g. A formação excessivamente dogmática e técnica não habilita o futuro profissional do Direito para lidar com situações complexas do mundo em contínuas transformações, pois permanecem as velhas formas para os novos problemas.

Esperamos que a temática aqui focalizada possa despertar uma visão crítico-reflexiva, ecológica e ecológica do Direito, possibilitando uma interação mais harmoniosa e justa entre o jurisdicionado e o Poder Judiciário.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alaôr Caffé. **Dialética e direito**: linguagem, sentido e realidade: fundamentos a uma teoria crítica da interpretação do direito. Barueri, SP, Manole, 2010.

ANDRADE, Tadeu Luciano Siqueira. **A vulnerabilidade comunicativa em audiência nas Varas de Relações de Consumo: Uma análise à luz da Ecolinguística**. Tese (doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Letras Clássicas, Universidade de Brasília. Brasília. p. 190. 2021.

BAHIA. Tribunal de Justiça. Juizado Especial Cível de Defesa do Consumidor. **Processo nº 0737/05JEC-DC**. TAT. Comarca de Conceição do Coité, 11 de junho de 2005.

BANG, Jørgen Christian; DØØR, Jørgen. Ecolinguística: um enquadramento conceitual. In: COUTO, Hildo Honório; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; ARAÚJO, Gilberto Paulino; ALBUQUERQUE, Davi Borges (Orgs). **O paradigma ecológico para as ciências da linguagem**: Ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia: GEGRAF/EDUFG, 2016, p. 119-142.

BOFF, Leonardo. As quatro ecologias. Disponível em <http://bioterra.blogspot.com> > 2005/04. Acesso em 16 de jan.2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus n. nº 4399**. Paciente Deolinda Alves de Sousa e outros. Relator: Ministro William Patterson. Brasília, 12 de março de 1996. Disponível em:  
<https://stj.jusbrasil.com.br>. Acesso em : 10 de jan.de 2022.

BRASIL. **Lei nº. 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm). Acesso em: 10 de jan. de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 de jan. de 2022.

CAPRA, Fritjof e MATTEI, Ugo. **A Revolução Ecojurídica**: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. São Paulo: Editora Cultrix, 2018.

CARAPINHA, Conceição. 2016. Desacordo e conflito: uma análise das estratégias de descortesia em tribunal. In: PINTO; Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Orgs.). **Linguagem e Direito**. Perspectivas Teóricas e Práticas. São Paulo: Editora Contexto, p 67 – 91.

COLARES, Virginia. Hermenêutica endoprocessual. Abrindo o diálogo entre as teorias do processo e a análise crítica do discurso jurídico. In: COLARES, Virginia (Org). **Linguagem & Direito**: caminhos para linguística forense. São Paulo: Cortez, 2016.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecológica Crítica ou análise do discurso ecológica. In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; DNCK-CINTRA, Ema Marta, BORGES, Lorena Araújo de Oliveira (Orgs). **Antropologia do Imaginário, ecolinguística e metáfora**. Brasília: Thesaurus, 2014. p.27-41.

COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. **Análise do Discurso Ecológica – ADE**. Campinas – SP: Pontes Editores, 2014.

FULLIN, Carmem Sílvia. Acesso à justiça: a construção de um problema em mutação. In: SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (Orgs). **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 219-236.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O Novo Direito Privado e a Proteção dos Vulneráveis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NEIVA, Gerivaldo Alves. (2006). **Entrevista ao jornal Tribuna dos Magistrados**: comentários sobre a sentença "O Celular do Carpinteiro". Disponível em: <http://www.amab.com.br>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos**: sociologia crítica do direito, São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Márcio M. G. Um Estudo do Discurso do Ex-Capitão Jair Messias Bolsonaro pela Análise do Discurso Ecológico. Ecolinguística: **Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem** (ECO-REBEL), 7(1), 46–53. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36698>. Acesso em 20 de jan. de 2022.

STRUCHINER, Noel. Uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao direito. **R. CEJ**, Brasília, n. 17, p. 120-124, abr./jun. 2002.

SUDATTI, Ariani Bueno. **Dogmática jurídica e ideologia**: O discurso ambiental sob as vozes de Mikhail Bakhtin, São Paulo: Quartier Latin, 2007.

## BREVE HISTÓRICO DA JOVEM ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA

Ubirajara Moreira Fernandes

*Especialista em literatura brasileira aposentado e ambientalista*

O professor Hildo Couto reclamou para mim diversas vezes que muita gente se dispõe a falar de Análise do Discurso Ecológica (ADE), mas citando apenas Couto (2007). Ora, diz ele, por ocasião da publicação desse livro – que foi o primeiro no Brasil e em qualquer outro país latino –, nem a Linguística Ecológica (LE) existia como tal, a despeito das ideias iniciais de Finke (1996), Trampe (1990), Strohner (1996) e Bang & Døør (2007). Como se sabe, a ADE é parte da LE. Como eu tenho trabalhado com essas duas teorias nos últimos anos, Hildo me pediu se poderia fazer um apanhado geral da curta história da ADE para um volume monográfico dedicado a ela que ele está preparando juntamente com Anderson Nowogrodzki da Silva para publicar no *Boletim do GEPE* e, se possível, também em forma de livro posteriormente. Eu aceitei o desafio de bom grado, pois ele me obriga a me informar mais sobre LE e ADE, duas disciplinas que conheci muito recentemente, mas que me agradaram bastante.

Até onde pude investigar, a primeira vez que a LE foi mencionada foi em um encontro entre Hildo, Elza do Couto e Gilberto Araújo, em 2013, como está registrado em Couto (2013, p. 296), publicado nos *Cadernos de linguagem e sociedade* v. 14, n. 1, 2013. Mais tarde nesse mesmo ano se constatou que era necessário desenvolver uma versão da LE para o estudo de textos-discursos, o que se deu em uma discussão entre Hildo, Elza e Lorena Borges. Com isso, ainda em 2013 saiu o texto “Linguística Ecológica Crítica”, com o nome alternativo “Análise do Discurso Ecológica”, como se pode ver em <https://www.blogger.com/blog/post/edit/3351711787524834860/397756200499324183>

Sob forma ampliada e revista, esse texto encontra-se também em

<http://aarvinha.blogspot.com/2014/07/linguistica-ecossistemica-critica-ou.html>

O primeiro nome (Linguística Ecológica Crítica) se deveu ao fato de a proposta estar no âmbito da Linguística Ecológica, para tratar de textos-discursos, além de evocar a Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough. Sob forma revista e ampliada, esse texto saiu com o título de “Linguística Ecológica Crítica ou Análise do Discurso Ecológica” em Couto, Duck-Cintra & Borges (2014, p. 27-41). Nesse mesmo ano saiu na Europa Alexander & Stibbe (2014) – em inglês –, com o título “Da análise de discurso ecológico à análise de discurso ecológica”, portanto, um ano depois da primeira publicação brasileira sobre ADE. No ano seguinte saiu Couto, Couto & Borges (2015), o primeiro livro inteiramente dedicado à Análise do Discurso Ecológica (ADE). Além de ser uma ótima introdução à Linguística Ecológica em geral, na sua parte especificamente de ADE o livro apresenta alguns exemplos de análise de textos-discursos, reanalisa ecologicamente algumas análises anteriores, faz uma análise de uma charge e da linguagem dos meninos de rua de São Paulo. Mostra ainda que o texto-discurso prototípico para a ADE é o dialógico (p. 156-161), mas por olhar para seu objeto de forma holística, textos-discursos “monológicos” e até os altamente abstratos, como o silogismo, podem ser analisados, coisa que nenhuma AD tradicional tem feito, pelo menos até onde pude ver.

Como me informaram, por volta de final de 2015 e começo de 2016, o ecolinguista inglês Arran Stibbe alegou que na Europa já existiam outras versões da Ecolinguística que usavam o nome “Análise do discurso ecológica” e que o grupo brasileiro poderia usar a expressão “Análise do discurso ecológica”, em sintonia com o arcabouço de que ela faz parte, o da LE. Isso não é inteiramente verdadeiro, pois o texto de Alexander & Stibbe em que se fala do assunto é de 2014, portanto, um ano depois da primeira publicação

brasileira. De qualquer forma, de uma reunião de que participaram Zilda Dourado, Samuel Souza Silva, Anderson Nowogrodzki da Silva, Elza Kioko N. N. do Couto e Hildo do Couto, decidiu-se acatar a sugestão de Stibbe e se passou a falar em Análise do Discurso Ecológica. Como o Hildo sempre salienta, as mudanças no nome não alteraram em nada o conteúdo da teoria, além de a sigla ter permanecido a mesma, ADE. De qualquer forma, vez ou outra a expressão “Análise do discurso ecológica” aparece em algumas publicações, o que, pelas razões recém-apresentadas, não é descabido. Até mesmo no presente número do *Boletim do GEPL* vez ou outra se usa a expressão “Análise do discurso ecológica”.

A partir do que acaba de ser descrito, saíram diversas publicações teóricas e de aplicação da Análise do Discurso Ecológica (ADE). Por exemplo, no livro *Linguística ecossistêmica & análise do discurso ecológica - ADE* (Brasília: Thesaurus, 2015, org. por Elza Kioko N. N. do Couto e Davi B. Albuquerque), há nove ensaios de aplicação da ADE a diversos temas, sobretudo o de Heloanny de Freitas Brandão (O conceito jurídico de sustentabilidade: perspectivas da análise do discurso ecológica), o primeiro a mostrar que a ADE se preocupa com defesa da vida não apenas de animais, mas também de plantas e até do que lhes dá suporte, como terra, água e ar. Na revista *Via litterae* v. 7, n. 1, 2015, encontram-se o artigo de Elza Kioko do Couto “Revisitando a análise do discurso ecológica” e o de Samuel Sousa Silva e Elza Couto “Para uma metodologia própria para a Ecolinguística e a ADE”. A revista é acessável aqui:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/issue/view/220>

A primeira apresentação formal da ADE foi feita em Couto & Couto (2015), em *ECO-REBEL*, e reproduzida em COUTO & COUTO (2016), a maior antologia de textos ecolinguísticos jamais publicados no Brasil. Logo após o texto de 2015, apareceu o primeiro livro inteiramente dedicado à ADE, ou seja, *Análise do discurso ecológica (ADE)*, de COUTO, COUTO & BORGES (2015). Enfim, o ano de 2015 foi altamente produtivo para a ADE, a ponto de aparecer até uma abordagem teórico-metodológica (COUTO; ALBUQUERQUE, 2015).

Em termos de artigos, a produção continuou. Assim, tivemos Alves (s/d) – sobre Manoel de Barros –, Araújo & Couto (2018) sobre textos-discursos que divulgam questões de boa forma etc. No número 3, 2020, do *Boletim do GEPL*, saiu o meu texto “Mas ele não é corrupto”, discutindo a alegação dos adoradores de Bolsonaro, e do próprio, de que ele não é corrupto sempre que alguém fala de suas irresponsabilidades, delinquências e crimes. No número 4 do boletim saiu uma apresentação da ADE bastante sucinta. Ela é altamente recomendável a quem deseja ter uma ideia inicial sobre o assunto. Trata-se de “Análise do discurso ecossistêmica - ADE”, de Hildo Couto. No mesmo ano tivemos o excelente artigo de Márcio M. G. Silva discutindo de modo mais aprofundado o discurso falacioso, mentiroso e violento do ex-capitão. Nesse artigo temos, adicionalmente, uma boa apresentação da ADE (SILVA, 2020).

Como o ano de 2015, o de 2020 também foi altamente produtivo para a ADE. Além da produção recém-mencionada, saiu Couto & Silva (2020), artigo em que os autores discutem as afinidades entre a Análise do Discurso Ecológica e a teoria da argumentação.

A já mencionada Heloanny de Freitas Brandão foi a primeira a defender uma dissertação de mestrado em ADE, intitulada *O direito constitucional ambiental brasileiro: a perspectiva da Análise do Discurso Ecológica (ADE)*. UFG, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6305?mode=full>

Como adiantado acima, Brandão é autora de um capítulo de livro de 2015 sobre o mesmo tema. Em coautoria com Rabah Belaidi e Elza Kioko Nakayma Nenoki do Couto, ela publicou ainda o artigo “A (in)efetividade jurídica da personificação da natureza: uma

análise ecolinguística das medidas jurídicas de proteção ambiental”. *Travessias* v. 14, n. 1, 2020, p. 246-265,

DOI: <https://doi.org/10.48075/rt.v14i1.24195>

A segunda dissertação de mestrado em ADE foi defendida por Laís Carolina Machado e Silva, sob o título de *O cambiante discurso de Marina Silva: uma visão ecolinguística*, UFG, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7038>.

Machado e Silva é também autora de um artigo, em coautoria com Lajla Katherine Rocha Simião, intitulado “A descriminalização do aborto enquanto meio de manutenção da vida: A perspectiva da ADE”. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, p. 54-68, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/34953/29028>

Dois anos após o artigo de Machado e Silva & Simião, Cláudia Borges de Lima Araújo defendeu a terceira dissertação de mestrado, *As representações do discurso sobre o corpo feminino na revista ‘Boa Forma’ na perspectiva da Análise do Discurso Ecológica (ADE)*, UFG, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10205>

A terceira dissertação é de Michelly Jacinto Lima Luiz, *O discurso de intolerância religiosa no filme ‘O pagador de promessas’ sob a perspectiva da análise do discurso ecológica*, UFG, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8518>

Em 2021 saiu o segundo livro de ADE, *Análise do Discurso Ecosistêmica (ADE): teoria e prática*, de Elza Kioko do Couto e Eliane Marquez Fernandes (Brasília: UnB/PPGL, 2021), e.book, ISBN: 978-65-994624-0-5. Disponível em:

<http://www.ecoling.unb.br/images/5---Elza.pdf>

Eliane Fernandes é autora também do artigo “Concepções de discurso na Análise do Discurso Ecosistêmica”, publicado em *Travessias* v. 14, n. 1, p. 235-245, 2020.

<https://doi.org/10.48075/rt.v14i1.24218>

É um artigo interessante, pois discute o conceito de discurso na ADE, assunto desenvolvido em mais profundidade por Anderson Nowogrodzki da Silva no presente número do *Boletim do GEPLA*.

Digno de referência no presente contexto é o artigo “Análise do Discurso Ecosistêmica” publicado na *Wikipedia* em português. De modo bastante sucinto, ele apresenta um panorama geral da ADE. Como o artigo de Hildo Couto no número 4 deste boletim, trata-se de uma boa fonte de referência para quem desejar ter uma primeira ideia sobre a disciplina.

*ECO-REBEL* v. 7. n. 1, 2021, é monográfico, contendo apenas textos sobre ADE. Por isso, vale a pena reproduzir aqui o título de todos os artigos que o compõem. A entrevista com o ecolinguista português Rui Ramos também é sobre ADE. O único tópico não-ADE é o obituário do ecolinguista magiaro-americano Adam Makkai. Eis os oito textos:

1)Ecosystemic Discourse Analysis (EDA), de Hildo Honório do Couto; Elza Kioko N. N. do Couto; Anderson Nowogrodzki da Silva;

2)Um estudo do discurso do ex-capitão Jair Messias Bolsonaro pela Análise do Discurso Ecosistêmica, de Márcio M. G. Silva

3)ADE, vida na face da terra e coronavírus, de Márcio M. G. Silva & Ubirajara Moreira Fernandes

4)Notas sobre sofrimento, dor, respeito, compaixão e medo na Análise do Discurso Ecosistêmica, de Ubirajara Moreira Fernandes

5)A descriminalização do aborto enquanto meio de manutenção da vida – A perspectiva da ADE, de Laís Carolina Machado e Silva & Lajla Katherine Rocha Simião

6)Um estudo da relação islã-terrorismo pela Análise do Discurso Ecosistêmica, de Djiby Mane

7)Uma leitura discursivo-ecossistêmica do conto ‘Maria’ de Conceição Evaristo, de Michelly Jacinto Lima Luiz & Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto



- 8)A vulnerabilidade jurilinguística do consumidor à luz da Análise do Discurso Ecológica, de Tadeu Luciano Siqueira Andrade  
9)Entrevista com ecolinguistas: Rui Manuel Nascimento Lima Ramos  
10)Obituário: Adam Makkai.

É importante ressaltar que tem havido muitas monografias de curso, TCC e outras no contexto da ADE. Mas, eu gostaria de terminar lembrando que na China há uma grande produção ecolinguística que se adjudica o rótulo de “Análise do discurso ecológica”, como se pode ver nos nove artigos reproduzidos na seção “ADE Chinesa” do *site* da Linguística Ecológica, localizada aqui: <http://www.ecoling.unb.br/noticias/ade-chinesa>

A propósito de ADE na China, o ecolinguista Huang Guowen (Universidade de Agricultura do Sul da China) vem desenvolvendo o que chamou de Análise do Discurso Harmoniosa-ADH (GUOWEN; RUIHUA, 2021). Na seção “ADE Chinesa” recém-mencionada temos o artigo “Chinese ecological discourse: A Confucianist-Daoist inquiry”, assinada por Guowen e Wenjuan Zhou, também no âmbito da Análise do Discurso Harmoniosa. Segundo Guowen foi necessário postular esta versão da ADE porque a Ecolinguística ocidental não é capaz de dar conta das especificidades chinesas. Mas, pelo que vimos, a ADH não tem praticamente nada de diferente da ADE brasileira. Para terminar, vou mencionar alguns artigos em língua estrangeira. Os dois primeiros estão em inglês. São eles

1)“Ecosystemic discourse analysis”:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36017/29022>

2)“Ecological/Ecosystemic discourse analysis-EDA”:

<https://www.blogger.com/blog/post/edit/7878316259479589692/1041432279318890940>

O terceiro está em alemão e pode ser encontrado aqui:

<https://www.blogger.com/blog/post/edit/7878316259479589692/5109039047374503135>

Existe ainda um livro de apresentação da ADE em francês, que permanece inédito.

Trata-se de *Analyse du discours écosystémique*, de Hildo H. do Couto, Elza do Couto e Pierre Guisan. Esperamos que ele seja publicado logo.

Enfim, a despeito de ser bastante jovem, a ADE já apresenta um desenvolvimento teórico e algumas aplicações de considerável monta e qualidade. Eu estou convicto de que ela é um arcabouço teórico bastante diferente do que se vem fazendo em termos de AD tradicionais. Ela é a única genuinamente ecológica, pois é parte da LE, que é parte da Ecologia, a ciência do vida, como o Hildo não se cansa de dizer.

## Referências

ALEXANDER, Richard.; STIBBE, Arran. From the analysis of ecological discourse to the ecological analysis of discourse. *Language sciences* v. 41, 104-110, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.langsci.2013.08.011>

ALVES, Vera L. S. Sob a análise do discurso ecológica, o caminho entre a educação ambiental e o “idioleto” de Manoel de Barros. IV CONEDU, s/d. Disponível em:

[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO\\_EV073\\_M D1\\_SA14\\_ID9865\\_16102017192615.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_M D1_SA14_ID9865_16102017192615.pdf)

ARAÚJO, Cláudia B. L.; COUTO, Elza Kioko N. N. do. Espelho, espelho meu: Um estudo sobre o corpo na revista ‘Boa Forma’. *Revista de letras* v. 2, n. 37, p. 124-134, 2018. Disponível em:

<http://periodicos.ufc.br/revletras/issue/view/907>

- BRANDÃO, Heloanny de Freitas. Os princípios do direito ambiental brasileiro: Uma perspectiva da análise do discurso ecológica. In: COUTO, Elza et al. (orgs.). *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2017.
- BANG, Jørgen Christian; DØØR, Jørgen. 2007. *Language, ecology and society*. Londres: Continuum, 2007.
- COUTO, Elza Kioko; ALBUQUERQUE, Davi Borges. Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico-metodológica. *Revista de estudos da linguagem* v. 23, n. 2, 2015, p. 485-509. Disponível em:  
<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/6274>
- COUTO, Elza Kioko; SILVA, Anderson. Discurso político: Análise do Discurso Ecológica e argumentação. In: Oliveira, Esther; Cordeiro, Isabel; Machado, Rosemeri; Silva, Suzete (orgs.). *Discurso e argumentação: tecendo os efeitos de sentido*. Campinas: Pontes, p. 67-86, 2020.
- COUTO, Elza; DUNCK-CINTRA, Ema; BORGES, Lorena (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- \_\_\_\_\_. Análise do discurso ecológica – ADE. Disponível em:  
<https://www.blogger.com/blog/post/edit/3351711787524834860/397756200499324183>
- \_\_\_\_\_. Ecosystemic discourse analysis – EDA. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, p. 20xx.
- COUTO, Hildo; COUTO, Elza. Por uma análise do discurso ecológica. *ECO-REBEL* v. 1, n. 1, p. 82-103, 2015, reproduzido em Couto & Couto (2016). Disponível em:  
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15136>
- \_\_\_\_\_. Por uma análise do discurso ecológica. In: COUTO, Hildo; COUTO, Elza; ARAÚJO, Gilberto; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, p.437-471.
- COUTO, Hildo; COUTO, Elza; BORGES, Lorena. *Análise do discurso ecológica – ADE*. Campinas: Pontes, 2015.
- FINKE, Peter. Sprache als missing link zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen. In: Fill, Alwin (org.). *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenburg, p. 27-48, 1996.
- GUOWEN, Huang; RUIHUA, Zhao. Harmonious discourse analysis: Approaching peoples' problems in a Chinese context. *Language sciences* n. 85, 2021.
- SILVA, Márcio M. G. Um estudo do discurso do ex-capitão Jair Messias Bolsonaro pela análise do discurso ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 7, n. 1, p. 18-34, 2021.  
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/36696/29025>
- STROHNER, Hans. Die neue Systemlinguistik: Zu einer ökosystemischen Sprachwissenschaft. In: Fill, Alwin. *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, p. 49-58, 1996.
- TRAMPE, Wilhelm. *Ökologische Linguistik: Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

### 3. RESENHAS

A primeira resenha é de *Análise do Discurso Ecológica (ADE)*, de Hildo Couto, Elza Couto & Lorena Borges (Campinas: Pontes, 2015) publicada em *ECO-REBEL* v. 1, n. 2, p. 135-135, resenhado por Hulda Gomides Oliveira, e disponível aqui:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/10070/8897>

quando a disciplina ainda era chamada de análise do discurso ecológica.

A segunda é de *Análise do Discurso Ecológica (ADE): Teoria e prática*, de Elza do Couto Eliane Fernandes (Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília, 2021, e.book, ISBN:978-65-994624-0-5. URL: <http://www.ecoling.unb.br/images/5---Elza.pdf>). Resenhado por Mayara Macedo Assis (UFG/NELIM) e disponível aqui:

<https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/rizomas/article/view/4968/26004007>

=> Ainda no ano de 2015, já havia saído o livro “*Linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica: Teoria e aplicações*” (Brasília: Thesaurus, 2015), com capítulos dedicados à ADE. Ele está resenhado também em *ECO-REBEL* v. 1, n. 2, 2015, por Zilda Dourado, disponível aqui:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/10071/8898>